

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LUIZ FERNANDO DE FIGUEIREDO FERREIRA JUNIOR

LUGAR DE VÍTIMA: uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” e o propósito de colocar-se como vítima

RIO DE JANEIRO

2015

Luiz Fernando de Figueiredo Ferreira Junior

LUGAR DE VÍTIMA: uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” e o propósito de colocar-se como vítima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda

Orientador: Paulo Vaz

RIO DE JANEIRO
2015

**LUGAR DE VÍTIMA: UMA ANÁLISE DA CAMPANHA VIRTUAL “EU NÃO
MEREÇO SER ESTUPRADA” E O PROPÓSITO DE COLOCAR-SE COMO
VÍTIMA**

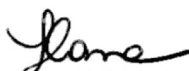
Luiz Fernando de Figueiredo Ferreira Junior

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda.

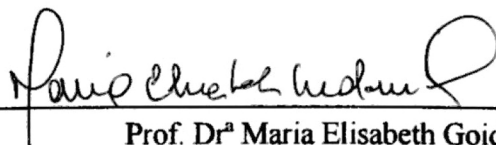
Aprovado por



Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldo Vaz – orientador



Prof. Drª Lígia Campos de Cerqueira Lana



Prof. Drª Maria Elisabeth Goidanich

Aprovada em: 10 de julho de 2015
Grau: 9,5 (nove e meio)

Rio de Janeiro/RJ
2015

F383

Ferreira Junior, Luiz Fernando de Figueiredo

Lugar de vítima: uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” e o propósito de colocar-se como vítima / Luiz Fernando de Figueiredo Ferreira Junior. 2015.
80 f.: il.

Orientador: Prof. Paulo Vaz

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Habilitação Publicidade e Propaganda, 2015.

1. Facebook (Rede social on-line). 2. Movimento social. 3. Estupro. I. Vaz, Paulo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 302.23

RESUMO

FERREIRA, Luiz Fernando. **Lugar de vítima:** uma análise da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” e o propósito de colocar-se como vítima. Orientador: Paulo Vaz. Rio de Janeiro, 2015. Monografia em Publicidade e Propaganda - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

No dia 27 de março de 2014, a jornalista Nana Queiroz dava início a um protesto online em resposta aos resultados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada naquele dia informando que 65% dos brasileiros concordavam com a afirmação de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Era o início da campanha virtual “#EuNãoMereçoSerEstuprada”, na qual manifestantes publicavam fotos com o torso desnudo e inscrições desenhadas pelo corpo ou cartazes com frases de apoio ao protesto. Não tardou muito para que muitas pessoas comessem a compartilhar relatos de experiência de abuso sexual. Em cinco dias, a adesão à campanha virtual chegava a 44 mil pessoas, sendo um dos tópicos mais comentados nas redes sociais e chamando a atenção da mídia no país e no exterior. A divulgação da pesquisa do Ipea fez com que as pessoas voltassem a discutir sobre cultura do estupro, que é uma configuração fruto do patriarcado que, entre tantas coisas, tenta responsabilizar as mulheres pelos atos de estupro. Para lutarem contra esse tipo de mentalidade, mulheres começaram a reivindicar o lugar de vítima. Mas por que, ao invés de se colocarem como vítimas, elas não se preocuparam em atacar os estupradores? O que levou essas mulheres a reforçar o papel de vítima nesses casos? Há uma tendência em nossa sociedade em utilizar o discurso de vítima como forma de reivindicar demandas e ações de reparação e cuidado. E esse trabalho pretende analisar a campanha virtual e seu propósito em colocar as mulheres como vítimas nesse contexto em que a vítima se apresenta como um fenômeno contemporâneo.

Palavras-chave: estupro, vítima, Ipea, campanha virtual, Eu não mereço ser estuprada, subjetividade contemporânea, redes sociais, Facebook, testemunho, nudez, protesto online, cultura do estupro.

À minha vó Sueli Pereira e a todas as pessoas que apoiaram a campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada”.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Silvia Pereira, por nunca desistir de mim e me fazer acreditar no amor. A quem devo tudo o que sei e sou, minha eterna gratidão por todo seu sacrifício e dedicação, sem você nada disso seria possível.

À minha vó, Sueli Pereira (*in memoriam*), que por pouco não presenciou a conclusão deste trabalho. Tiraram-me afeto, carinho, amor, rotina e presença, mas fiquei com a lembrança do ser humano mais benevolente que já conheci, da alma mais resplandecente que já encontrei e do melhor abraço que já me envolveu.

Ao meu pai, Fernando Ferreira, e ao meu irmão, Matheus Ferreira, por tornarem tudo isso possível, por crerem em mim e por, junto com minha mãe, me fazerem acreditar no amor da família. Sem vocês eu não seria nada do que sou.

À minha madrinha, Fernanda Monteiro, e aos meus tios e primos, por cada olhar de orgulho, cada frase de esperança, cada carinho e demonstração de amor. Obrigado por estarem em minha vida e me ensinarem o que é o amor.

A Samuel, pela companhia insólita, pela persistência e pelo afeto. Obrigado por me fazer feliz apesar dos infortúnios do acaso. Obrigado também por me apresentar um amor idiossincrático e por me fazer acreditar na possibilidade do eterno.

A Marilise, por estar sempre ao meu lado e se dispor a me ajudar no momento mais difícil da minha vida. Toda minha gratidão pela sua amizade, pelo apoio nesses anos de faculdade e por me fazer buscar a mudança diária.

A Catarina, por não me fazer desistir de tudo, por me apresentar toda a energia que eu precisava para tocar este trabalho. Obrigado pela sua amizade e por ter estado sempre ao meu lado nesses quatro anos de faculdade.

A Mariana, por me aturar e por me fazer enxergar a beleza em viver. Obrigado pela sua amizade e por estar comigo em todos esses anos de faculdade.

Às minhas amigas, Luisa Almeida, Milla Moraes e Fernanda Rodrigues, por tanto tempo de amizade e por acreditarem sempre em mim. O amor de vocês foi fundamental para que eu chegasse aqui. Desculpem minha falta esses últimos meses.

Ao meu orientador, Paulo Vaz, por ter aceitado me guiar neste projeto e me apresentar trabalhos incríveis. Obrigado pela força e otimismo.

A Lígia Lana e Beth Goidanich, por aceitarem participar da minha banca.

A Deus, por dar sentido à minha vida e me fazer ter esperança de que tudo valerá a pena.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 “ELA PEDIU POR ISSO”

- 2.1 Sobre a pesquisa do Ipea
- 2.2 Cultura do estupro?
 - 2.2.1 Passividade feminina
 - 2.2.2 O estupro e sua relação de poder
 - 2.2.2.1 Manifestação do poder pelo medo
 - 2.2.2.2 Manifestação do poder pelo sexo
 - 2.2.2.3 Estupro corretivo
 - 2.2.3 Responsabilizando a vítima
- 2.3 Valorização do consento

3 A VÍTIMA CONTEMPORÂNEA

- 3.1 O anormal e a subjetividade moderna
- 3.2 A vítima na construção da subjetividade contemporânea
 - 3.2.1 Vítima, narrativa e testemunho
 - 3.2.2 O sofrimento e a subjetividade da vítima

4 “EU NÃO PEDI POR ISSO”: ANÁLISE DA CAMPANHA VIRTUAL “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”

- 4.1 A origem de tudo: a pesquisa do Ipea e a indignação no Facebook
- 4.2 “#EuNãoMereçoSerEstuprada”: “memetização”, nudez e a proliferação na Internet
- 4.3 “Eu não mereço ser estuprada” e o lugar de vítima: identidade e narrativas contemporâneas
- 4.4 O ataque machista, a correção da pesquisa e o esvaziamento do debate

5 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

No dia 27 de março de 2014, uma jornalista decidiu iniciar uma campanha online como forma de protesto devido ao resultado de uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que informava que 65% dos brasileiros concordavam com a afirmação de que mulheres com roupas expondo o corpo mereciam ser atacadas. Pouco tempo após a divulgação dos resultados da pesquisa, centenas de pessoas compatilhavam na rede social Facebook fotos com o torso nu enquanto seguravam um cartaz escrito “#EuNãoMereçoSerEstuprada” e outras frases de apoio às mulheres. O protesto online tomou as redes sociais, recebeu o apoio de personalidades da mídia e de políticos, inclusive da presidente Dilma Rousseff, e alcançou a grande mídia brasileira e internacional. Pouco mais de uma semana depois da divulgação dos resultados da pesquisa, o Ipea lançou uma errata que reconhecia um erro devido a troca de resultados entre algumas perguntas, e uma delas era a pergunta que originou a campanha “Eu não mereço ser estuprada”.

Um mês após o lançamento da errata aconteceria o *II Seminário Olhares Femininos*¹, que teve como tema “Gênero e Comunicação”, organizado pelo Centro Acadêmico de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pelo Coletivo Enecos Bonde do Rio. A intenção do seminário era propor um debate sobre a mulher e a Comunicação Social no Brasil a partir dos olhares de representantes dos movimentos feminista, negro e estudantil e dar prosseguimento ao ato “#EuNãoMereçoSerEstuprada”. O seminário estava bastante interessante, com falas elucidativas e construtivas e, quando foi concedida a fala ao público, uma das participantes pediu o microfone e começou a discursar sobre os problemas do protesto virtual “Eu não mereço ser estuprada”, criado pela jornalista Nana Queiroz. Uma de suas críticas era em relação ao “tom vitimista” da campanha, que tinha como pauta a responsabilização exclusiva do agressor nos casos de estupro e o direito da mulher de se vestir como quiser. Durante sua fala, ela discorria que, ao invés de colocar as mulheres como vítimas, a campanha se preocupasse em atacar os estupradores, para isso sugeriu o uso da *hashtag* “#VocêNãoVaiMeInvadir”.

¹ O *II Seminário Olhares Femininos* é a segunda edição de uma série de debates sobre gênero que percorre as faculdades de comunicação social do Rio de Janeiro, uma iniciativa da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Esta edição aconteceu no dia 06 de maio de 2014 e teve em sua mesa a professora e pesquisadora da UERJ Cíntia SanMartin e as ativistas Valéria Lourenço e Camilla Pontes.

Ao longo da viagem de volta para casa, fui acometido por questionamentos sobre a fala da moça no seminário. O que há de tão errado em se colocar como vítima? A intenção era atacar os estupradores ou informar a população de que as mulheres não são culpadas pelo estupro? O que levou os adeptos da campanha “Eu não mereço ser estuprada” a reivindicar o lugar de vítima? Por que reforçar o papel de vítima pode ser importante nesses casos? Colocar-se como vítima não seria a melhor resposta ao resultado do Ipea de que a maioria da população concordava que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”? Era preciso tentar entender o propósito de se colocar como vítima nessa campanha.

Falar sobre a campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” é falar sobre estupro e lugar de vítima. É preciso falar sobre estupro não só porque existem pessoas que concordam que mulheres que usam roupa curtas merecem ser estupradas, mas porque, segundo a mesma pesquisa do Ipea, 58,5% concordam total ou parcialmente que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Falar sobre estupro também se faz necessário quando a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprova o Estatuto do Nascituro², vulgarmente chamado de “bolsa estupro”, que é um projeto de lei que proíbe o aborto nos casos de estupro e garante que “o Estado arcará com os custos respectivos” nos casos em que a mãe não dispor de condições econômicas suficientes para saúde e educação da criança, até que venha a ser identificado o pai ou o bebê seja adotado. Temos que falar de estupro quando um deputado diz que só não estupra a ministra de Direitos Humanos porque ela não é digna de ser estuprada por ele e nada acontece em relação a isso. É preciso falar de estupro em uma sociedade imersa em uma cultura que tenta justificar os ataques às mulheres.

A campanha virtual criada por Nana Queiroz chamava atenção para a cultura do estupro e, consequentemente, para a culpabilização da vítima. Era um grito pelo direito de se vestir como quisesse e fazer o que tiver vontade sem que seja punida por isso. Era atentar para as vítimas da cultura do estupro e para o sofrimento de quem lida com isso. O protesto online não foi o único caso de pessoas reforçando o lugar de vítima. Em uma volta no Facebook, passando pelos grupos de movimentos sociais ou até rolando o *feed* de notícias com publicações de amigos ou páginas, percebemos facilmente uma tendência dos usuários em compartilhar *posts* em que se colocam como vítimas. Seja como vítima de violência

² Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584 Acesso em: 21/06/2015

homofóbica, de discurso machista, de situações preconceituosas, da criminalidade, do medo de sair à noite, dos preços abusivos ou até mesmo da corrupção. Todo mundo tem uma história de algum problema que gera sofrimento e quer dividir isso com amigos de diversas redes sociais. Ou alguma história de superação do sofrimento. Os motivos que levam as pessoas a compartilharem essas histórias são muitos: chamar atenção para o problema, fins terapêuticos, reconhecimento do sofrimento, levar informação a outras pessoas que podem estar passando pelo mesmo problema, etc. Percebemos a “vítima” como uma categoria identitária que vem guiando a mentalidade da nossa sociedade. Esse discurso vitimista (e não digo isso em momento algum com conotação pejorativa) não é apenas encontrado nas redes sociais, ele está disseminado pelas mídias de massa e está na boca das pessoas na rua.

É incontestável que a Internet, por meio das redes sociais, tem contribuído muito para a ampliação desse tipo de discurso. A Internet reconfigurou a forma como as pessoas constroem suas redes de relações e as utilizam para aprender, tomar decisões, refletir, buscar soluções para determinados problemas e dar e receber apoio. São plataformas públicas em que os indivíduos podem alcançar um número variado de “espectadores” a fim de relatar acontecimentos sobre os quais eles não sentem vergonha, já que não tem culpa de ter acontecido, e são apenas vítimas.

Para falar sobre estupro, alguns autores foram imprescindíveis. As leituras de Susan Brownmiller me fizeram perceber que socialmente pouca coisa mudou em relação à violência sexual desde a década de 70. Ainda existem pessoas que relativizam a culpa nos casos em que houve estupro comprovadamente, assim como tem gente que ainda acha que só é estupro quando um homem rapta uma mulher na rua e a submete à força física a fim de penetrá-la. Os cuidados de Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir atentam para uma cultura de dominação masculina em que as pessoas são socializadas desde bem pequenas para perpetuar tais tradições. A escrita de Michel Foucault foi útil para a percepção do estupro como uma punição às mulheres por desvio a regras. Também as palavras de Paulo Vaz foram essenciais para chamar atenção para o cuidado ao identificar os casos de estupro.

Paulo Vaz ainda foi muito importante ao abordar outros temas tratados nessa monografia, como a diferença entre o sujeito moderno e o contemporâneo. Ele atenta para a emergência de um sujeito contemporâneo que quer ser percebido pela superação de preconceitos e que quer ter seus sofrimentos social e politicamente reconhecidos. Cynthia Sarti define essa subjetividade contemporânea como a emergência da vítima como

identidade. Ela discorre sobre o processo histórico e social da valorização da vítima e de como ela se tornou a “figura reveladora de nossa época” (SARTI, 2011). Por fim, retomo a Paulo Vaz para falar sobre os testemunhos como principal a narrativa contemporânea.

A partir de então, é feita uma análise da campanha “Eu não mereço ser estuprada” e a importância das redes sociais, principalmente o Facebook, na divulgação e na produção de conteúdo para a manifestação. As redes sociais são plataformas fundamentais na construção das narrativas contemporâneas, uma vez que o espaço público é o desejado, na maioria das vezes, pelo sujeito contemporâneo. Também é feita uma análise do discurso da vítima característico dessa sociedade contemporânea. O testemunho, que foi o discurso mais usado pelos manifestantes no protesto online, é a narrativa essencial para a constituição dessa subjetividade contemporânea. No protesto online, os manifestantes despiam o torso e escreviam sobre a pele ou em cartazes frases de apoio à campanha. Não é a primeira vez que um protesto se manifesta exibindo o corpo nu, por isso é preciso averiguar o que levou as pessoas a protestarem dessa forma. Por fim, abordo o fim do protesto, que deixou um legado bem legal e ainda é lembrado pelas pessoas, mesmo um ano depois de seu fim.

Não é minha intenção qualificar o discurso utilizado no protesto como bom ou ruim. A intenção do trabalho é tentar explicar o discurso e a narrativa adotados na campanha como uma tendência na sociedade contemporânea. Ou seja, perceber que influências podem ter levado os manifestantes a se colocarem como vítimas, de modo inconsciente ou não. Não posso afirmar categoricamente que um discurso é ou não efetivo, como fez a moça no seminário na UERJ, o discurso pode ser significativo ou pífio, dependendo dos envolvidos, do contexto e a que ele se pretende. Espero que o trabalho seja proveitoso. Boa leitura!

2 “ELA PEDIU POR ISSO”

Era primeiro dia de verão e eu havia encontrado minha mãe e sua amiga em um dos principais *shoppings centers* da minha cidade, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Estava um calor típico dos verões fluminenses e caminhávamos em direção ao ponto de ônibus após as compras de Natal, quando Rose³, amiga da minha mãe, apontou para uma moça, que não devia ter mais de dezesseis anos, no outro lado da calçada. “Olha a roupa daquela menina! Essas garotas pedem para ser estupradas, depois querem reclamar”, disse em tom de reprovação. A jovem trajava um *micro short* e um *top cropped*, que deixavam suas pernas e barriga à mostra. Minha mãe assentiu com a cabeça. Eu, quase que instintivamente, respondi com uma entonação alta e agressiva que a moça tinha o direito de vestir-se como quisesse e também que, caso fosse estuprada, a culpa seria exclusivamente do estuprador. Rose sentiu-se ofendida.

Ao chegar a casa, minha mãe se queixou sobre o modo como me referi a Rose. Meu pai, ao ouvir nossa conversa, começou a defender a posição de Rose. “Mas ela tem razão, essas meninas de hoje em dia se vestem e se comportam como se estivessem convidando os homens a estuprá-las”, argumentou. Na tentativa de tentar fazer meu pai mudar de ideia, eu disse que nenhum homem teria o direito de tocá-las sem o consentimento delas, mesmo que estivessem nuas. Ele me ignorou e continuou falando que muitos homens não conseguem “segurar o instinto” ao ver uma moça com a maior parte do corpo descoberta. “Como você me explica o caso daquela adolescente que vestia calça e blusa de mangas compridas e foi estuprada enquanto ia para a igreja?”, questionei, referindo-me à amiga de uma prima minha que foi violentada no bairro vizinho ao que eu moro. Ele respondeu que as calças e blusas muitas vezes são coladas ao corpo, o que acentua as curvas das mulheres e que, por isso, “os homens acabam não resistindo”. Por fim, eu disse que em países como a Arábia Saudita as mulheres ainda que quase completamente cobertas com burcas são vítimas de abusos sexuais e perguntei: “Vai dizer que o corpo delas também é um convite?”. “A carne é fraca”, respondeu e, a partir daí, tergiversou sobre o assunto.

Tentei fazê-lo refletir sobre seus pensamentos, mesmo sem entrar na questão de que homens podem andar exibindo os peitos nus e isso não é um convite para estuprá-los. Ou de que maridos estupram esposas independentemente do modo como elas se vestem. Ou ainda

³ Nome fictício adotado para a amiga da mãe.

de que meninas até treze anos são as maiores vítimas de estupro no Brasil. Pontos de vista como o do meu pai e de Rose permeiam o imaginário social e contribuem para a manutenção de uma cultura que relativiza casos de violência sexual e culpabiliza as verdadeiras vítimas. Com isso, a liberdade sexual da mulher fica em segundo plano, na medida em que o direito que ela tem de dispor sobre seu próprio corpo como quiser e de escolher seus parceiros sexuais sem emprego de violência ou ameaça é subjugado ao desejo masculino.

Três meses depois do acontecimento narrado acima, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou a primeira versão de uma pesquisa que revelava que boa parte das famílias brasileiras compartilha da mesma opinião que meu pai e a amiga da minha mãe. O resultado da pesquisa, que trouxe à tona um Brasil bastante conservador, causou grande furor na Internet por culpar as mulheres pela violência sexual que sofrem. A culpabilização da mulher é uma das premissas que fundamentam a cultura do estupro e se tornou foco no debate engendrado pelo resultado da pesquisa do Ipea (BROWNMILLER, 1975).

2.1 Sobre a pesquisa do Ipea

No dia 27 de março de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão público federal encarregado por realizar atividades de pesquisa que servem como suporte às ações governamentais, divulgou dados de uma pesquisa bastante controversa que provocou um grande debate, principalmente na Internet, e desencadeou a campanha “Eu não mereço ser estuprada”, que será analisada ao longo deste trabalho.

Esses dados fazem parte do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que é uma pesquisa domiciliar e presencial que tem por objetivo levantar a percepção das famílias sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, mesmo quando não são usuárias dos seus programas e ações. Nesta edição, o SIPS foi realizado em 3809 casas de 212 municípios, alcançando todas as unidades federativas, em maio e junho de 2013. Também adotou o método de amostragem probabilística, garantindo um nível de significância de 95% para as cinco regiões brasileiras.

A pesquisa tinha como meta averiguar a tolerância social em relação a violência contra as mulheres. Para isso, foram feitas 25 afirmações às famílias entrevistadas, que concordavam ou discordavam total ou parcialmente com o que havia sido dito ou

mantinham-se neutras. Por exemplo, ao ouvir que “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”, 91,4% dos entrevistados concordaram total ou parcialmente com a afirmação. Também 82,1% das pessoas discordaram total ou parcialmente que “a mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos”; e 76,4% discordaram totalmente que “um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher”.

Segundo as reações a afirmações como essas, seria possível concluir que há uma baixa tolerância à violência contra mulheres. Entretanto, algumas respostas seguem no sentido oposto aos das vistas acima. Segundo o SIPS, 58,5% das famílias tenderam a concordar total ou parcialmente que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Também, 78,7% concordaram total ou parcialmente que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Nesta mesma pesquisa, lançada no dia 27 de março, 65,1% dos entrevistados concordaram total ou parcialmente que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Esta última afirmação foi a que mais provocou agitação na Internet, gerando inúmeras reações.

À primeira vista, a pesquisa apresentava dados bastante contraditórios. Por um lado, as pessoas concordavam com a punição por parte do Estado para o homem que agride sua esposa. Na contramão, a maioria se dizia contrária a intromissão nas brigas do casal. Mas, ao comparar os dados, o caráter paradoxal do SIPS dá lugar a uma percepção pouco progressista.

De um modo geral, a pesquisa apresenta resultados bastante conservadores. Como quando revela que 78,7% concordam que “toda mulher sonha em se casar”; ou que 54,9% das famílias concordam total ou parcialmente que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”. A partir de dados como esses, pode-se perceber que a maioria das famílias brasileiras tem engessada e bem definida a concepção acerca dos papéis de gênero. E isso fica mais nítido quando se referem a mulher, que é pensada sempre em função do homem.

Parece impensável para grande parte da população que existem mulheres que não têm como projeto de vida casar-se ou constituir família. Ao concordarem que “toda mulher sonha em casar”, essas pessoas compactuam com a ideia de que toda mulher só se sentirá completa e realizada em uma relação estável com um homem. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2012), em palestra no TEDxEuston, diz:

Porque eu sou uma mulher, é esperado que eu sonhe em me casar. É esperado que eu faça escolhas em minha vida sempre tendo em mente que o casamento é o mais importante. O casamento pode ser uma coisa boa. Pode até ser uma fonte de alegria

e amor e apoio mútuo, mas por que ensinamos às garotas a desejar o casamento e não ensinamos aos garotos a mesma coisa?

Essa idealização de que toda mulher pretende casar, suscita a ideia de que são mais recatadas e têm menos desejos sexuais, abrindo mão da possibilidade de ser solteira ou possuir muitos parceiros. Seguindo a mesma linha, a afirmação de que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama” subordina as mulheres segundo a perspectiva masculina e leva em conta seu comportamento. Como se as mulheres livres sexualmente não fossem dignas de estar em um relacionamento com um homem.

O tom conservador nos resultados do SIPS continua ao sugerir que a maioria da população tem como modelo a família de núcleo patriarcal. Apesar desse modelo de família ter sofrido atualizações, 63,8% concordaram total ou parcialmente que “o homem deve ser a cabeça do lar”.

No dia 4 de abril, oito dias após a divulgação da primeira versão da pesquisa, o Ipea corrigiu o dado mais comentado. Segundo os pesquisadores, houve uma troca entre os resultados da afirmação de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” com a questão que “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Com a correção, 26% das famílias entrevistadas concordaram que dependendo da roupa que vestem, mulheres merecem ser abusadas.

2.2 Cultura do estupro?

A sociedade está inserida numa estrutura que se configura na determinação de papéis de gêneros fixos. Nesta estrutura, existe uma dominação dos homens sobre as mulheres, que se submetem ao seu poder e sua vontade. Mesmo com as transformações contemporâneas e depois que as mulheres passaram a também ocupar os espaços públicos, o modelo patriarcal continua presente e vem sendo reforçado pela sociedade. A ideologia patriarcal insere os papéis de gênero em pequenas caixas, limitando-os, assim, em categorias muito restritas. Estabelece também as relações de poder entre homens e mulheres, seja com os homens possuindo o poder público e sendo a cabeça do lar, ou com a má conotação atrelada ao feminino, a violência doméstica e a culpabilização das mulheres pela violência sexual que sofrem.

Quando tomaram conhecimento dos dados divulgados pelo Ipea, muitas feministas fizeram reemergir o conceito de “cultura do estupro”. O termo foi cunhado pela primeira vez por feministas norte-americanas na década de 70 e sugere que a sociedade cultiva crenças e convenções que naturalizam a violência sexual contra as mulheres. Nesta mesma década, a autora e feminista Susan Brownmiller (1975) escreveu o livro *Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro*⁴ sobre o tema, que apresentava um histórico detalhado sobre o estupro, seu processo de naturalização e a relação de poder que o envolve.

Muitos estudiosos criticam o uso da expressão nos dias atuais e o livro que a proliferou, afirmando que ambos são datados. Além disso, reclamam que o livro de Brownmiller defende que o estupro é um ato motivado menos pelo desejo sexual do que por vontade de dominar e também que todos os homens são potenciais estupradores enquanto que todas as mulheres são potenciais vítimas. Esses estudiosos usam a justificativa de que não são apenas mulheres que são estupradas, que homens também podem ser vítimas dessa violência. Também afirmam que as generalizações encontradas no livro acarretam uma guerra dos sexos inútil e perpetuam estereótipos. Então, se o uso do termo “cultura do estupro” não faz mais sentido, por que as feministas continuam utilizando-o?

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), lançado no dia 05 de setembro de 2014, cerca de 120 milhões de mulheres jovens em todo o mundo foram vítimas de estupro ou violação até os 20 anos, o que equivale a uma em cada dez. Em 2013, o Ipea aplicou em campo um questionário com algumas questões sobre violência sexual. Segundo este estudo, o instituto estimou que a cada ano no Brasil possa haver 527 mil tentativas ou casos de estupro, dos quais apenas 10% são reportados à polícia. Conforme dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, 50.617 casos de estupro no Brasil foram notificados em 2012.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde divulgou os registros dos casos de estupro de 2011. Esses dados revelam as características das vítimas, dos autores e das circunstâncias em que ocorreram os estupros. Do total das notificações ocorridas em 2011, como consta na tabela com as informações do Sinan (ANEXO I), 88,5% das vítimas eram do sexo feminino e mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. A maioria esmagadora (média de 95,3% em relação a

⁴ Tradução livre. O livro não apresenta versão traduzida para o português e pode ser encontrado sob o título *Against Our Will: Men, Women and Rape*.

todas as idades) dos agressores é do sexo masculino. O número de mulheres agressoras alcança 1,8% quando a vítima é criança.

Mas, ora, com um cenário como esse, no qual mulheres são a grande maioria das vítimas dos casos de estupro e os homens são quase todos os algozes, ainda não se pode falar em cultura do estupro? Percebemos uma espécie de padrão entre as vítimas e os violentadores: mulheres, com um número grande de crianças e adolescentes, de um lado e homens do outro. Se não há uma cultura de estupro, por que um número tão grande de mulheres vitimizadas no mundo? Por que temos um gênero sofrendo com esse tipo de violência de modo desigual e outro sendo a maioria esmagadora responsável por isso?

Ouvimos, desde criança, que “a garota foi estuprada”. Garotas, quase nunca garotos. Quando se ouve falar em estupro, pensa-se imediatamente em uma vítima mulher. Estupro tem algo a ver com gênero, é claro. Desde muito cedo, as meninas são ensinadas a aceitarem a mentalidade de vítimas de estupro. Ainda crianças, elas aprendem a temerem os homens, não saírem à noite, usarem roupas que cubram mais o corpo, evitarem andar sozinhas, ou seja, são ensinadas a prevenir o estupro como se fosse sua responsabilidade (BROWNMILLER, 1975).

Esses ensinamentos começam na infância com contos como a da Chapeuzinho Vermelho. Na história, a Chapeuzinho, que devia temer o Lobo, é devorada junto com sua avó por ele. Com a moral da história, a culpa cai sobre Chapeuzinho, que desobedeceu a mãe ao fazer o percurso alternativo. Na narrativa, o lobo é maior e mais forte, por que tentar lutar? Depois disso, somente um homem pode salvá-las, o caçador. Deste modo, os contos de fada definem a sexualidade feminina: belas passivas. Como acontece em A Bela Adormecida, que a moça só é salva pelo príncipe encantado, que a beija mesmo sem seu consentimento. De acordo com essas histórias, somente um rapaz pode salvar a moça, e, se não salvar, o lobo mau estará esperando para capturá-la (BROWNMILLER, 1975).

2.2.1 Passividade feminina

Os ensinamentos da infância vão além das historinhas, eles acontecem também no adestramento da sexualidade feminina. Enquanto a sexualidade masculina, na maioria das vezes, é incentivada, a feminina, em contrapartida, é reprimida. “Ensinamos as meninas que elas não podem agir como seres sexuais, do modo como os meninos agem” (ADICHIE,

2012). Cobram da mulher, no que tange sua sexualidade, uma postura pela qual deve permanecer, simultaneamente, intocada como um ídolo e disposta a atender os desejos daquele a quem é supostamente subordinada como uma serva: o homem. É como aponta a escritora francesa Simone de Beauvoir (1967, p.22):

Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino.

Se o desejo do homem é aparentemente incontestável a partir da ereção, para a mulher ele não é apenas não demonstrado, como também deve ser combatido. e exercido sob determinadas regras morais: no casamento e com a finalidade de reprodução. A sexualidade é algo que ao homem é inalienável e à mulher é negado. Assim, indica o filósofo francês Foucault (2014, p.166) sobre a negação da sexualidade à mulher:

Assim, no processo de histerização da mulher, o “sexo” foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos dessas mesmas funções.

Com a revolução sexual e com os avanços feministas, parte do panorama tradicional se transformou, mas as mulheres estão muito longe de poderem exercer sua sexualidade livremente. O incentivo ao homem para exercer sua sexualidade e a educação da mulher para que esteja a disposição para atender os desejos do homem ajudam na manutenção da ideologia da atividade masculina x passividade feminina, e consequentemente para a manutenção da ideologia do estupro.

Essa oposição binário ligada ao gênero é reproduzida principalmente nas relações sexuais, mas já na sedução é possível observá-la. A sedução é uma lógica estruturada pela divisão dos sexos. As formas de abordagem e de “corte” mudaram com o tempo, mas a divisão das regras de sedução entre homens e mulheres existem até hoje. A partir do século XII, as práticas de rapto, captura violenta das mulheres, as maneiras rápidas e pouco

complicadas de comportamento foram cedendo lugar para uma nova cultura de sedução, mais cortês e paciente.

Segundo o filósofo francês Lipovetsky (1997, p.48), o papel designado ao homem na sedução coincide com sua atribuição às atividades guerreiras. Caberia ao homem o papel “ofensivo” na sedução, pois, enquanto guerreiro, “deve dar provas de agressividade, coragem e audácia”. Por contraste binário, à mulher restaria a situação de espera e resistência, já que naturalizou-se que a moralidade e o pudor são sua obrigação. Ela seria responsável por impor dificuldades e não ceder rápida nem facilmente às investidas masculinas. “Para seduzir o homem da sua escolha, a mulher não pode declarar o seu desejo, deve fingir ser uma presa”.

Hoje, é possível encontrar numerosas mulheres que se encarregam da abordagem e das investidas no teatro da sedução, responsabilidade que por muito tempo foi exclusiva dos homens. Por outro lado, essas mulheres continuam raras, discretas e seletivas em comparação com os homens. Na maioria das vezes, as investidas são direcionadas a conhecidos das mulheres e usadas como último recurso, quando elas se deparam com homens muito tímidos ou passivos.

Os protocolos de sedução sofreram bastantes mudanças, mas continuam ilustrando a divisão dos gêneros. Por exemplo, a beleza e o parecer continuam sendo um fator estratégico da sedução feminina. No homem, são facultativos. Hoje em dia, a maioria das mulheres considera o humor essencial na sedução masculina, tomando o lugar que antes pertencia aos galanteios e cortejos, percebidos como sexistas com o passar do tempo. Entretanto, o humor, ao contrário do que se pensa, não fez apagar a tradicional separação dos papéis de gênero, mas sim reforçou a ideia da atividade masculina.

Tendo que dar provas de humor, os homens encontram-se de novo colocados no papel ativo ou “ofensivo” da sedução; continua caber-lhes não apenas distrair as mulheres, brilhar e imporem-se, como também demonstrar uma certa força individual [...] A atração que o humor masculino exerce sobre as mulheres traduz, de um modo novo, a permanência das exigências das virtudes viris de audácia, de segurança, de soberania e de superioridade em relação aos outros. (LIPOVETSKY, 1997, p.60)

Imputam às mulheres o estigma de passiva em todas as instâncias e em todos os momentos de sua vida. Como se todas estivessem à espera dos homens para servi-lo e dependessem deles para qualquer coisa. O simbolismo da mulher passiva é essencial para a manutenção da cultura do estupro. Principalmente quando as categorias ativo e passiva

refletem uma relação de dominação e poder que contribuem para o fortalecimento do patriarcado.

2.2.2 O estupro e sua relação de poder

Susan Brownmiller (1975) inicia o oitavo capítulo de *Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro* com a afirmação de que “todo estupro é um exercício de poder”. Ela explica que o estupro é mais que um ato impulsionado por uma vontade física e que ele ocorre dentro de uma configuração institucionalizada que favorece os estupradores.

Entre as muitas crenças que circulam o senso comum a respeito do estupro, encontra-se a de que ele nada mais é do que uma consequência perversa do desejo incontrolável do homem. No entanto, o estupro é uma violência sexual e, como toda violência, tem suas raízes nas regras hierárquicas e autoridade coercitiva. Segundo M. Shawn Copeland, citado por Gelci Maria Unser (2009, p.9), violência é definida como “força, ação ou tratamento rude ou lesivo”. Com isso, ele pretende dizer que a violência tem por objetivo “obliterar a liberdade fundamental ou determinação ativa e dinâmica do eu por parte do sujeito humano”

A violência sexual não é apenas um caso isolado ou uma atitude perversa, mas é uma prática derivada de normas estruturais produzidas pelo poder patriarcal heterossexista. Assim explica Fiorenza (1994, apud UNSER, 2009, p. 14) quando diz que:

essa violência deve ser colocada num continuum de poder e controle masculinos sobre mulheres e crianças, que abrange não apenas a violência física mas também a construção cultural e religiosa de corpos femininos dóceis e personalidades femininas subservientes.

2.2.2.1 Manifestação do poder pelo medo

Foucault (1987, p. 31), tendo Jaucourt como referência, define suplício como uma “pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz” e um produto inexplicável da imaginação humana para a barbárie e a crueldade. Para ser considerado uma pena, o suplício deve produzir “uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao

menos apreciar, comparar e hierarquizar”. O estupro é um suplício na medida em que ele é um instrumento punitivista do machismo, que visa marcar o corpo com uma “cicatriz”, ao mesmo tempo que torna infame a vítima. Ou seja, o estupro é suplicante pois marca na vítima sinais que não devem se apagar, deixando memórias impagáveis da exposição e do sofrimento. Em última instância, é a manifestação do poder que pune.

O patriarcado funciona com base em normas cuja desobediência é passível de punição. Compreende-se como punição aquilo que faz com que as pessoas sintam a falta que cometeram, o que é capaz de humilhá-las e confundi-las. Ou, nas palavras de Foucault (1987, p. 149), “o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme”. Portanto, a violência sexual é uma das formas de punição do sistema patriarcal.

A possibilidade de punição cria entre as pessoas o sentimento de medo. A exploração do sentimento do medo é uma das estratégias de controle social. Se antes o que as pessoas temiam era o poder divino, hoje são amedrontadas pelo poder do homem, um poder disciplinar. A função principal do poder disciplinar é “adestrar”.

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 1987, p. 143)

Foucault (1987, p.119) ainda diz que a disciplina produz, assim, corpos submissos e exercitados, o que ele qualifica como “corpos dóceis”.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

E assim funciona a cultura do estupro, adestrando as mulheres com a violação sexual como punição aos desvios às normas e também como instrumento de controle, através do medo. A mulher pode ser punida por andar sozinha à noite, por vestir roupas consideradas

provocativas, por ter um comportamento percebido como ignóbil, por ter bebido demais, por não se dispor a estar a serviço do desejo masculino. A punição pode vir por fraqueza ou vulnerabilidade. A mulher pode ser punida por simplesmente ser mulher.

2.2.2.2 Manifestação do poder pelo sexo

O controle, o simbolismo e o patriarcado fundamentam e alicerçam a violência sexual contra a mulher. Essa violência se expressa, principalmente, por meio de práticas disciplinares socioculturais. Além do medo, há, entre várias outras formas de controle e disciplina que atuam a favor da manutenção da relação de poder e dominação do sistema patriarcal, aquela que está ligada ao sexo.

O corpo e seus movimentos, que estão submetidos a um exercício incessante de construção social, não são completamente determinados em sua significação, principalmente a sexual, e nem totalmente indeterminados, mas são designados por um simbolismo convencional e “motivado”, percebido como quase natural. Entre as inúmeras maneiras de naturalizar esse simbolismo, que pretende fazer desaparecer os problemas relacionados às diferenças sociais entre os gêneros, está a percepção biologizante dos corpos. De acordo com Pierre Bourdieu (2002):

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão do trabalho.

A diferença biológica e anatômica foi, e ainda é, muitas vezes usada como justificativa para explicar e naturalizar casos de estupro. Quantas mulheres não foram admoestadas por suas roupas e atitudes sob o argumento de que alguns homens não podem controlar seus desejos sexuais diante de uma moça “provocativa”? E quantas outras não foram conformadas a aceitar que as mulheres estão mais propensas a serem estupradas, pois a anatomia de seus corpos permite que sejam penetradas pelos homens? Ou também por serem mais fracas e não poderem se livrar das garras masculinas?

Essa diferença anatômica dos corpos é construída sobre simbolismos que sustentam a dominação do homem sobre a mulher. Melhor dizendo, a definição dos órgãos sexuais, longe

de ser mera propriedade natural, submetida à percepção social, é um produto da construção social. Isso fica mais claro quando tomamos o falo masculino como exemplo. O pênis conota a si e ao homem a ideia de virilidade, de superioridade, pois concentra a fantasia de potência fecundante. É como diz Bourdieu (2002):

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do *vir*, *virtus*, questão de honra (*nif*), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. Compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante.

Sobre a ideia de virilidade, a escritora Simone de Beauvoir (1967, p. 13) alerta que é ensinada aos meninos desde a infância:

Persuadem a criança de que é por causa da superioridade dos meninos que exigem mais dela; para encorajá-la no caminho difícil que é o seu, insuflam-lhe o orgulho da virilidade; essa noção abstrata reveste para ele um aspecto concreto: encarna-se no pênis; não é espontaneamente que sente orgulho de seu pequeno sexo indolente; sente-o através da atitude dos que o cercam.

Todo o imaginário que circunda o falo contribui para a concepção de que o órgão masculino é a solução para tudo. Conferem ao pênis um grau de importância altamente fantasioso. Pode ter parecido exagero, mas existem insultos aos montes que relacionam os problemas das mulheres à falta do pênis/homem que ilustram isso: “mal comida”, “mal-amada”, “isso é falta de um macho”, etc. A sociedade determina que toda mulher precisa de um pênis.

A dominação masculina ocorre também no ato sexual. O que reflete sintomaticamente na cultura do estupro. Bourdieu (2002) indica:

Uma sociologia política do ato sexual faria ver que, como sempre se dá em uma relação de dominação, as práticas e as representações dos dois sexos não são, de maneira alguma, simétricas. [...] o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de “posse”.

Se a relação sexual é concebida como uma relação social de dominação, deve-se ao fato de que ela é moldada pela divisão fundamental entre masculino, ativo, e feminino, passivo. E também porque esse princípio é primordial para a formulação do desejo: o desejo

masculino como desejo de posse, de dominação erotizada e o desejo feminino como desejo de ser possuída, dominada, basicamente um reconhecimento erotizado da dominação.

Mas, em cima ou embaixo, ativo ou passivo, essas alternativas paralelas descrevem o ato sexual como uma relação de dominação. De modo geral, possuir sexualmente, como em francês *baisser* ou em inglês *to fuck*, é dominar no sentido de submeter a seu poder, mas significa também enganar, abusar ou, como nós dizemos, ‘possuir’. (BEAURDIEU, 2002)

Como quase tudo que diz respeito ao feminino tem uma conotação negativa, a situação de passividade também tem. Ser passivo, por consequência ser dominado, traz consigo uma ideia desvirilizante, de feminização, enquanto a posse, por outro lado, é vista como uma manifestação de potência. Nos casos de relação homossexual, por exemplo, em inúmeras sociedades, a posse é vista como um ato de dominação, de feminização do outro; ao passo que para uma cidadão, na sociedade romana, a homossexualidade passiva com um escravo é tida como algo “monstruoso”.

A passividade feminina, abordada anteriormente e retomada agora para discutir o ato sexual como meio de dominação masculina gere e guia a cultura de estupro. Pode parecer impossível, de tão cruel, pensar numa sociedade culturalmente moldada para facilitar o estupro e proteger os algozes. Mas, o que pensar de uma sociedade que educa a mulher a esperar o homem para, então, servir sempre os seus desejos? Essa mesma sociedade acredita que a solução para todas as questões femininas está no homem, mais especificamente no falo. Mais ainda, fazem acreditar que toda mulher deseja ser dominada. Por fim, doutrinam essas mulheres a naturalizar o estupro.

Outro ponto é o da fraqueza feminina. A noção de que mulheres são mais fracas e, conseqüentemente, mais vulneráveis. A relação de domínio do homem sobre a mulher foi justificada inicialmente por esse dado biológico, como aponta Beauvoir (1970, p. 54):

A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta.

Contudo, a força masculina só faz sentido como instrumento de dominação numa sociedade onde a imposição da força é exigida. Portanto, o viés biológico não pode determinar o poder masculino sobre as mulheres na nossa sociedade.

Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não têm sentido em si. Desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a "fraqueza" só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõe. Se não quisesse apreender o mundo, a própria idéia de posse das coisas não teria mais sentido; quando o pleno emprego da força corporal não é exigido nessa apreensão, abaixo do mínimo utilizável, as diferenças anulam-se; onde os costumes proibem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida. (BEAUVOIR, 1970, p. 55)

2.2.2.3 Estupro corretivo

Todo estupro é um ato de poder, sim. E há uma categoria de estupro que prova mais que isso, ela explicita, na prática, o teor inverídico das justificativas biológicas e a tentativa de adestramento através do medo. Essa categoria é o estupro corretivo, que se trata de uma violência sexual que atinge um grupo específico: as mulheres lésbicas e os homens transexuais.

As experiências homossexuais entre mulheres e a transexualidade são uma transgressão às normas heteronormativas, que são engrenagens que fazem o patriarcado funcionar. Para os padrões heteronormativos, toda mulher tem vagina e, consequentemente, toda pessoa com vagina é uma mulher e todas devem desejar o homem. É inconcebível para esse sistema que uma mulher, no caso das lésbicas, ou alguém com vagina, no caso dos homens transexuais, não deseje ser possuído, dominado. Também é abominável que essas pessoas não desejem um pênis ou que não se coloquem a serviço dos desejos masculinos. O estupro contra elas é visto como:

o grande remédio: punitivo e corretivo. Como assim? Simples: uma mulher se aventura a desejar? Ela tem a impudência de "querer"? Pois vamos lhe lembrar que sexo, para ela, deve permanecer um sofrimento imposto, uma violência sofrida - nunca uma iniciativa ou um prazer. (CALLIGARIS, 2009)

Como uma forma de punir e, também, de tentar “corrigir” essas pessoas, alguns homens estupram-nas. Usam o estupro corretivo como se a homossexualidade e a transexualidade fossem uma disfunção mutável, como se tivessem “cura”. Este é o caso de Stosh Mugisha, uma ugandense lésbica, que foi entrevistada para o documentário *Stephen*

*Fry e a luta gay pelo mundo*⁵ (2013). Quando tinha 14 anos, ao ser avistada tocando a vagina de outras garotas, Mugisha foi interpelada por um fazendeiro que disse-lhe que mostraria como brincar com rapazes. Então ele a pegou, arrancou sua roupa e a penetrou com o pênis. Não demorou muito tempo, ele saiu de cima dela, deixou-a sangrando - era a primeira vez de Mugisha -, e repetia que era assim que ela devia brincar com os meninos. Devastada e chorando muito, a moça contou o ocorrido para sua avó que respondeu: “Você está sempre jogando futebol. Foi você que escolheu”. Pouco tempo depois, Mugisha descobriu que estava grávida de seu estuprador e foi forçada a abortar. Além disso, Mugisha foi contaminada pelo vírus HIV.

No Brasil, estima-se que 6% das queixas de estupro ao Disque 100⁶ em 2012 foram feitas por vítimas de estupro corretivo. Este tipo de estupro é motivado principalmente pela tentativa de mudar a orientação sexual das mulheres e a identidade de gênero dos homens transexuais. Além disso, o estupro corretivo pretende impor a essas pessoas a superioridade masculina e e fazer com que respeitem a hierarquia social do patriarcado.

Apesar de todo o infortúnio ao qual foi submetida, Mugisha ainda foi culpada pela violência que sofreu, como se tivesse sido motivada pela vítima, e não pelo ódio e machismo do seu algoz. E essa culpabilização da vítima é um artifício da cultura do estupro para ensejar e facilitar a ação dos estupradores.

2.2.3 Responsabilizando a vítima

A cultura do estupro é uma estratégia de controle social, na qual a mulher que desobedecer às normas patriarcais pode ser punida com violência sexual. A punição não pode ser aplicada a esmo, ela deve ser fundamentada em desvios às regras. E, por isso, o patriarcado sempre busca justificar os atos de violência sexual. Cabe às vítimas, então, enfrentarem a responsabilização de tais atos.

Atribuem às mulheres a culpa por terem sido abusadas. E ainda usam isso como modo de mantê-las subservientes aos homens. É como apontava Brownmiller (1975) na década de

⁵ *Stephen Fry e a luta gay pelo mundo* (título original: *All Out*) é um documentário britânico dirigido pelo comediante Stephen Fry, que foi exibido em 2013 pela BBC no Reino Unido. No Brasil, o documentário fez sucesso por causa da entrevista com o deputado federal Jair Bolsonaro. Acesso em: 10/03/2015

⁶ Disponível em:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=47843&idPagina=3355>
Acesso em: 02/04/2015

70, quando alertava para a existência de quatro máximas sobre estupro que contribuem para a manutenção do poder masculino. Como ela dizia, essas proposições aparecem indiretamente como piada, insulto, na literatura, no cinema e obscurecem deliberadamente a verdadeira natureza do estupro.

A primeira máxima indicada pela feminista é o de que “toda mulher deseja ser estuprada”⁷. Segundo ela, o estupro é feito em nome da masculinidade e é do interesse do patriarcado acreditar que mulheres querem ser violentadas em nome da feminilidade. Como visto anteriormente, Beaurdieu chamou atenção para a concepção do desejo sexual feminino como um desejo de ser dominada, ser possuída. E a cultura do estupro trabalha com essa ideia, de que todas as mulheres desejam um homem que as “dominem”.

O parlamentar reeleito Jair Bolsonaro, deputado federal mais votado no Rio de Janeiro e o terceiro mais votado em todo o Brasil nas eleições de 2014, protagonizou um episódio⁸, que teve grande repersursão midiática e nas redes sociais, que ilustra o primeiro mito. No dia 9 de dezembro de 2014, ele respondeu a uma fala da também deputada federal Maria do Rosário dizendo que não a estupraria porque ela não merece. “Há poucos dias, ‘tu’ me chamou de estuprador no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece”, vociferou o deputado em plenário. Segundo ele, Maria do Rosário não seria digna de ser estuprada por um homem como ele, ela não mereceria tanta honra. Tal atitude, que foi repudiada por uns e aplaudida por outros, contribui para a manutenção da cultura do estupro. Partindo da ideia de que a deputada deseja ser estuprada, Bolsonaro diz que só não a estupra pois, por algum motivo criterioso, ela não é digna de tamanho “destemor”.

A segunda máxima apontada por Brownmiller diz que “nenhuma mulher é estuprada contra a própria vontade”⁹. Este mito está relacionado ao primeiro, pois, de acordo com esta lógica, se a mulher não lutou contra o estuprador, então ela quis ser abusada. Quantas pessoas não acreditam que se a mulher não gritou por socorro enquanto era estuprada ou se acabou “cedendo” às chantagens do homem é porque ela, na verdade, quis ser possuída? Quantas outras também não acham que se a mulher não denuncia o estupro é porque estão colaborando com o estuprador? Esquecem-se de que as mulheres não se calam por

⁷ Tradução do autor. “All women want to be raped.”

⁸ Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/395929_NAO+ESTUPRO+PORQUE+VOCE+NAO+MERECE+DIZ+BOLSONARO+A+MARIA+DO+ROSARIO Acesso em: 07/04/2015

⁹ Tradução do autor. “No woman can be raped against her will.”

condescendência, elas são caladas. São caladas pelo medo de serem mortas, agredidas ou até estupradas novamente. Silenciadas pela vergonha, pelo sofrimento ou para evitar mais exposição. São chantageadas, coagidas e constrangidas. Fingem preterir uma vez que acham que mereceram tamanha punição.

“Ela pediu por isso”¹⁰ é a terceira máxima, que trata justamente sobre o merecimento do estupro. Esta proposição se refere ao estupro como uma punição, dado que há regras a serem seguidas e, caso desobedeça alguma dessas regras, a mulher sabe que pode ser penalizada com o estupro. Na cultura do estupro, quando uma mulher subverte alguma norma, ela está pedindo para ser abusada.

O desvio à regra é uma das formas de fundamentar a violência sexual no sistema patriarcal e, assim, manter o poder nas mãos dos homens. Quando se ouve falar em um caso de estupro, as primeiras questões levantadas se referem às atitudes da mulher que podem ter provocado o homem. O filme *Acusados*¹¹ (1988), do diretor Jonathan Kaplan, baseado em uma história real e que rendeu o Oscar de melhor atriz para Jodie Foster, serve perfeitamente como ilustração para esse caso.

Na trama, a personagem de Foster, Sarah Tobias, é uma moça de classe baixa e que não se priva de suas vontades, bebe, fuma, beija quem quer, dança quando quer e leva uma vida de modo independente. Seu drama começa quando, em uma noite no fundo de um bar, ela é estuprada por três rapazes enquanto os outros ali presentes assistem a violência de modo passivo, como *voyeur* e incentivadores do ato. Após ser levada ao hospital, Sarah recebe a ajuda da advogada Kathryn Murph, interpretada por Kelly McGillis, que processa os agressores por estupro.

Ao longo do caso, Sarah não é percebida como vítima, mas como suspeita de seu próprio caso, tendo em vista que a todo momento buscam justificativas que expliquem abuso. Ainda no hospital, a advogada e a enfermeira levantam a hipótese da vítima estar drogada. Logo em seguida, Kathryn a questiona sobre sua sobriedade, a roupa que ela estava usando e se ela fez algo pra chamar atenção, sugerindo que isso pode ter dado a ideia de que ela queria fazer sexo. Em um outro momento, Sarah é indagada sobre ter antecedentes criminais e ter beijado algum dos caras que a estuprou. Entre as inúmeras tentativas de responsabilizarem a vítima, perguntam-na se já transou com mais de um cara ao mesmo tempo e se ela já apanhou

¹⁰ Tradução do autor. “She was asking for it.”

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=80D8UF41XWw> Acesso em: 12/03/2015

e gostou. Por fim, questionam se houve ou não penetração, como uma tentativa de amenizar o ato violento.

No decorrer do processo judicial, é feito um acordo com os estupradores. Indignada, a advogada decide processar aqueles que assistiam e incentivavam o estupro. Mas, o que mais chama atenção é o modo como a justiça conduz o caso. Pouco importa se a vítima instigou ou não, o que deveria guiar o processo é a existência inegável do sexo forçado. No entanto, a Justiça e todos ali estavam mais preocupados com o que estimulou o estupro e a conduta moral de Sarah. Nos dias de hoje, é muito mais difícil encontrar na justiça caminhos que responsabilizem a vítima. Porém, essa tentativa de obter motivos que façam crer que a vítima mereceu ser estuprada ainda permeia o senso comum.

A última máxima a ser considerada é a de que “se você estiver sendo estuprada, relaxe e aproveite”¹². Esta afirmação desvaloriza a violência e desencoraja a resistência, sugerindo que as mulheres podem aproveitar o estupro. Também insinua que a vitória masculina é inevitável e nenhuma mulher poderá resistir, e que “toda mulher deseja ser estuprada”.

E é assim que se configura a cultura do estupro, um processo que garante a manutenção dos papéis de gênero. Não pode ser considerada como um conjunto de ações individuais, mas uma convenção social que condiciona a mente das pessoas desde a infância e contribui para a manutenção de papéis e hierarquias sociais relacionadas a gênero. Além disso, a cultura do estupro surge em uma configuração institucionalizada que privilegia os homens e tenta justificar os casos de abuso a favor deles.

Que mulher deseja ser estuprada? Nenhuma deseja ser humilhada, degradada e ter a integridade de seu corpo violada. Ninguém precisa ser coagida, chantageada, pega, capturada, devastada para obter sexo. Nenhuma mulher deseja nem merece ser forçada a transar. Se a relação foi forçada, é estupro. E, nesse caso, a culpa é exclusivamente do estuprador.

2.3 Valorização do consenso

Após atentar para as questões da cultura do estupro, é preciso entender o que caracteriza a violência sexual como tal. Jeannie Suk (2014), professora da Escola de Direito de

¹² Tradução do autor. “If you’re going to be raped, you might as well relax and enjoy it.”

Harvard, em texto publicado no *The New Yorker*¹³, relata a dificuldade em abordar a lei de estupro nas faculdades de direito americanas devido ao medo dos estudantes de estudá-la. Esta relutância podia fazer sentido até meado dos anos 80, quando se encontrava fora do currículo acadêmico, já que não era considerada importante nem digna de ser discutida nas salas de aula. As vítimas de estupro, em sua grande maioria mulheres, eram tidas como testemunhas emocionalmente comprometidas, o que tornava difícil a apuração do que realmente acontecia nos casos. Essa incredulidade com a vítima se refletia na lei tradicional do estupro, que solicitava que as mulheres resistissem ao máximo à força física imposta pelo estuprador. Era comum que, nos julgamentos, houvesse uma investigação do histórico sexual da mulher, devido a ideia de que mulheres que não fossem virgens deveriam cooptar com o homem em todo sexo que ocorresse. Contudo, após muita luta e ataque ao sexismo na lei, o assunto passou a integrar fundamentalmente a maioria dos cursos de direito penal das faculdades de direito.

Nos últimos anos, Suk tem observado resistência dos estudantes em assistir e participar das aulas que abordam a lei acerca da violência sexual. Alunos tem evitado assistir essas aulas e, além disso, pedem para o professor não cobrar o conteúdo na prova ou até não incluir na ementa da disciplina sob a alegação de que o assunto é angustiante e traumático. Quando trata da lei de estupro nas salas de aula, a professora de direito não insiste em casos nos quais a culpa do réu é evidente. Pelo contrário, foca em casos que põem à prova os limites das regras, casos que tocam a linha tênue que separa o crime do sexo legalmente permitido. Suk faz perguntas bastante relevantes sobre os casos de estupro em geral, como:

como o consento ou o não-consenso deve ser comunicado? É relevante se o acusado percebe que o requerente sentiu-se coagido? Quais informações sobre o acusado e sobre o requerente seriam relevantes para que se acreditem neles, ou não? Como a desigualdade social influencia nosso modo de avaliar se um incidente em particular é um crime? Costumo atribuir aos alunos a tarefa de argumentar a favor de um lado – defesa ou acusação – com o qual eles talvez discordem.

Alunos e professores têm considerado arriscado demais discussões desse tipo por serem desconfortantes e demasiadamente traumáticas. No entanto, questões como essas são imprescindíveis para se pensar o que é o estupro nos dias de hoje. Nas últimas décadas, a noção de estupro se modificou e isso se refletiu na legislação brasileira com a revisão

¹³ Disponível em: <http://www.newyorker.com/news/news-desk/trouble-teaching-rape-law>. Acesso em: 06/05/2015

conceitual na lei 12.015, publicada em 7 de agosto de 2009. Com o advento desta lei, estupro passou a ser definido como: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011)

Antes do advento da lei 12.015/2009, o artigo 213 do Código Penal Brasileiro tinha como conduta consumativa necessária para a configuração do crime de estupro a conjunção carnal, ou seja, a introdução do pênis na vagina. Assim, quaisquer outras condutas para a realização de atos relacionados aos desejos sexuais, atribuídas de violência, que não estivessem presente nessa configuração eram classificadas como crimes diversos - Atentado Violento ao Pudor (art. 214, CP). Também eram assim tipificadas as condutas que vitimizavam o homem, apesar de popularmente serem chamadas de estupro. Neste contexto, o homem só podia ser o autor delituoso deste tipo de crime.

A nova redação apresenta maior abrangência quanto à vítima do crime. Se antes apenas as mulheres se encontravam no pólo passivo do delito, com o advento da nova legislação o homem também pode ser o sujeito passivo. Isso foi possível com a substituição da palavra "mulher" - durante muitos anos usada pela legislação penal pátria - pelo pronome indefinido "alguém", que corresponde a qualquer pessoa.

O delito, na nova regulamentação, consolida-se no verbo "constranger", que quer dizer forçar, compelir. Esse constrangimento deve ocorrer mediante violência (coação física) ou grave ameaça (violência moral), para que a vítima seja forçada a praticar a conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, ou seja, é necessário que não tenha havido o consentimento da vítima para a prática do ato sexual. Esse ato libidinoso é descrito na lei como aquele destinado ao prazer, o que faz com que ele seja considerado muito abrangente, exigindo valoração por parte do magistrado, visto que não há uma noção concisa como com a cópula vagínica, ocasionando uma série de questões tanto na doutrina quanto na jurisprudência. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011)

Mesmo com a revisão conceitual, para muitas feministas contemporâneas a nova legislação brasileira sobre o estupro deixa a desejar. Uma das expectativas não atendidas diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas. Ainda que a nova lei aponte que o estupro possa ocorrer mediante fraude, ela não faz referência ao consumo de bebidas alcoólicas, vinculando implicitamente o uso de drogas ou outras substâncias incomuns à "fraude". Além

dessa, outra crítica feita à nova legislação está na exigência da “violência ou grave ameaça” para que haja coação e, com isso, outras formas de sexo não consentido podem ficar de fora.

Se justapormos nossa lei ao que propõe um cartaz francês chamando à participação na Marcha das Vadias, a diferença é clara: apenas um sim explícito, sóbrio e entusiasta é consentimento; o resto é estupro. Entre o “sim” explícito, sóbrio e entusiasta e a ameaça à integridade física, há um grande número de atos sexuais que não são classificados como estupro pela legislação brasileira. (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014a, p. 8)

Então, para as promotoras da marcha das vadias, há mais exemplos de violência sexual do que os considerados pela lei. Diversos exemplos de violência sexual eclodem com a emergência de um novo regime amoroso. Tal regime caracteriza-se pela crescente precedência da intimidade sexual em relação à intimidade afetiva. O novo regime amoroso é o momento originado em decorrência de uma tendência de longo prazo que começou no século passado.

No período em que as condutas sociais eram determinadas pelo Cristianismo, a instituição do casamento era o único espaço social aceito para a prática sexual entre homens e mulheres. Uma flexibilização moral permitiu que, ao longo da primeira metade do século XX, o namoro se tornasse o espaço de início da vida social. Contudo, apesar dessa mudança, a intimidade sexual ainda decorria da intimidade amorosa. Ou seja, era cada vez mais comum que mulheres não esperassem até o casamento para perder a virgindade, mas só transavam com seus namorados. Um estudo feito pelo sociólogo Martin Whyte em 1984 com mulheres de 18 a 75 anos mostrou que 24% das que haviam se casado até a 2ª Guerra Mundial perderam a virgindade antes do casamento e apenas 3% delas transaram com alguém além de seu marido. Entre as mulheres que se casaram entre os anos de 1945 e 1964, 51% haviam tido relação sexual antes do casamento e só 17% tiveram um parceiro sexual além do marido. Por fim, entre aquelas casadas a partir de 1965, 72% perderam a virgindade antes do matrimônio e 33% delas teve outro parceiro sexual antes do marido. (Bogle, 2008, p. 19-20)

Embarcando no fluxo dessa tendência de longo prazo e impulsionado pela revolução sexual das décadas de 1960 e 1970, a partir dos anos 1990 esse cenário se inverte: a intimidade sexual precede temporalmente a intimidade amorosa. A intimidade sexual tem ocorrido muitas vezes sem a necessidade da intimidade afetiva prévia, de modo que as relações sexuais hoje em dia são marcadas pela efemeridade e pela falta de compromisso entre os envolvidos. O sexo casual, fora de um relacionamento amoroso e envolvendo

desconhecidos, tem se banalizado cada vez mais. Para viabilizar essas relações casuais foi preciso repensar ordenações sociais e alternativas para apresentação de possíveis parceiros. Com isso, os aplicativos de encontro e os ambientes de socialização coletiva, como festas, têm se tornado uma solução. (Bogle, 2008, p. 20-21)

O novo regime amoroso também requer a negociação de limites adequados para o contato sexual quando já existe intimidade afetiva entre os parceiros. Anteriormente, se houvesse casamento, era culturalmente aceito que o homem tivesse acesso sexual irrestrito a sua esposa. De fato, até a década de 1970, a legislação da maior parte dos países ocidentais não reconhecia a possibilidade de um marido estuprar sua esposa. (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014a, p. 10)

Com a dessacralização da sexualidade feminina, as mulheres começaram a ser reconhecidas como indivíduos autônomos e com desejos pessoais, e essa noção de que seus corpos são propriedades dos homens é desconstruída. O novo regime amoroso expande o conceito de violência sexual, caracterizado pela violação aos limites da individualidade de cada um. Agora não diz respeito apenas à imposição da força física, mas de qualquer atitude do parceiro que se imponha à recusa do outro.

Ao mesmo tempo que se amplia o conceito de estupro, também parece se dissolver a distinção entre coação e persuasão, dissipa-se a diferença entre impor sua vontade e convencer o outro a fazer sua vontade. Isso acontece porque muitos grupos feministas acreditam que se é preciso convencer, então o “sim” não é entusiasmado e, conseqüentemente, a ação é caracterizada como estupro. Essa indiferenciação entre coagir e persuadir aumenta a gama de atos sexuais que podem ser considerados estupro, levando em conta a casualidade das relações contemporâneas.

Os detalhes desse novo regime amoroso permitem um olhar mais nuançado para as relações sexuais que, hoje, podem ser classificadas como estupro. Um olhar simplificado, sem nuances, enxergará, em todos os casos, apenas a vontade do estuprador e a recusa monolítica da vítima: por coação ou fraude, um indivíduo impôs seu desejo de praticar o ato sobre a vontade da vítima de não realizá-lo. (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014a, p. 11)

Entre a coação física ou grave ameaça e o “sim” sóbrio e entusiasta há inúmeras práticas sexuais que podem ser lidas de modo ambíguo, e que pode haver mais de um desejo, que não o ato sexual em si, e cuja realização inclui o sexo.

O novo regime amoroso cria a possibilidade de haver dois desejos que serão apagados nos testemunhos de estupro, ao invés de reconhecidos, por serem

moralmente desvalorizados: o desejo do desejo do outro, no que ele pode implicar de dependência e de peso atribuído à opinião do outro, e o desejo de experimentação, pela existência de um resto de condenação moral ao orgiástico. Uma vez mais, o objeto desses dois desejos não é o ato sexual; é, sim, ou manter a relação ou ser um indivíduo livre capaz de experimentar e de se experimentar na vida. Esses desejos podem incluir a realização do ato como condição ou efeito. (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014a, p. 15)

Como visto anteriormente, o uso de drogas e outras substâncias incomuns, nos casos de estupro, era enquadrado como “fraude”. É considerado fraude aquilo que impossibilitaria fisicamente a vítima e impediria a manifestação de uma intenção. Hoje, grupos feministas consideram o consumo de drogas como fraude por dificultar a escolha consciente da vítima. No entanto, a generalização do consumo de álcool e outras drogas como fraude deve ser evitada, pois há inúmeras pessoas que fazem sexo drogadas pelo desejo de experimentação. Com o novo regime amoroso, aumentou-se o número de festas com grande índice de consumo de álcool a fim de possibilitarem o encontro de parceiros para sexo casual. Uma pesquisa¹⁴ revelou que, atualmente, cerca de 40% dos estudantes de graduação, homens e mulheres, nos Estados Unidos têm relações sexuais após consumirem álcool.

Em uma tentativa de combater os numerosos casos de estupro registrados nos campi das universidades americanas, a Califórnia passou a exigir dos estudantes das universidades financiadas pelo governo que comunicassem aos parceiros a aceitação de forma clara e sóbria antes de qualquer atividade sexual. Além disso, o governador Jerry Brown assinou a lei “Sim significa sim” (“Yes means yes”), com grande potencial para mudar a percepção do que pode ser considerado estupro. Essa lei propõe que é a autorização voluntária que qualifica o consentimento, e não uma “falta de resistência” ao ato. O projeto de lei define que “consentimento” deve ser “um acordo positivo, consciente e voluntário de se envolver em uma atividade sexual”. Também estabelecem que vítimas alcoolizadas ou drogadas não estão possibilitadas a dar um consentimento de modo consciente. Os defensores da lei explicam que o consenso não precisa ser verbal, desde que o comportamento da pessoa não deixe dúvidas sobre o desejo pelo ato sexual. Quando questionada pelo jornal *O Globo*¹⁵ sobre a lei, a ativista feminista e precursora do movimento “#EuNãoMereçoSerEstuprada” Nana Queiroz

¹⁴ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/11/16/opinion/sunday/mishandling-rape.html>. Acesso em: 21/05/2015

¹⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/mudanca-na-percepcao-do-que-o-estupro-ajuda-mudar-comportamento-social-diz-jurista-14086961>. Acesso em: 21/05/2015

reconhece o esforço que a lei faz, mas levanta algumas questões: “Essa lei burocratiza o sexo. As pessoas não deveriam precisar ouvir “sim” para saber que não estão estuprando, se fossem educadas para identificar o que é violência”. Conclui afirmando que, por ser uma lei que trata sobretudo de violência contra mulheres, “coloca-as em uma situação passiva em relação ao sexo, como se a iniciativa não pudesse partir delas”.

3 A VÍTIMA CONTEMPORÂNEA

Em seu sentido jurídico, vítima é o indivíduo que sofre ação ou omissão do autor de uma infração penal. Ou seja, vítima é o sujeito passivo de um delito ou contravenção. Essa é uma definição limitada por se restringir ao caráter delituoso da ação, deixando de fora elementos como a construção social da vítima, a subjetividade, a experiência decorrente do delito e as narrativas que a atravessam.

Em toda a história da humanidade, desde as culturas clássicas mais antigas até as modernas, assim como em outras culturas, sempre houve vítimas. No entanto, elas são diferentes. As vítimas geradas pelo Império Romano não são as mesmas geradas pelo colonialismo europeu, do mesmo modo como as vítimas produzidas na Ásia não são iguais às vítimas produzidas na África. Por mais que exista alguma semelhança no modo como elas foram produzidas, elas são diferentes. (ALVES, 2005, p. 77)

A ideia de vítima que temos hoje também se difere de todas as outras. Principalmente por sua grande importância na construção da subjetividade contemporânea. A noção contemporânea de vítima surge, como aponta a professora da Universidade Federal de São Paulo Cynthia Sarti (2011), com a reparação das atrocidades das experiências de guerras e, por consequência, de regimes autoritários e totalitários, especialmente com as vítimas do holocausto. “Dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade.”

Nesse sentido, a figura da vítima apresenta-se como uma saída socialmente aceitável de comunicar o sofrimento ligado à violência, reivindicando “demandas e ações sociais de reparação e cuidado”. Em consequência disso, a identificação com essa figura aumentou e a frequência com que a noção de vítima aparece nas narrativas públicas contemporâneas fez com que muitos estudiosos reconhecessem a vítima como “figura reveladora de nossa época” (SARTI, 2011).

(...) notamos o termo “vítima” como integrante do vocabulário cotidiano das pessoas. Nem todas são vítimas concretas de eventos violentos no âmbito urbano, mas não seriam elas vítimas do medo do crime, do medo da violência? Em certa medida, seríamos todos vítimas... vítimas do marginal da selva de pedra, vítimas do Estado, vítimas do capital, vítimas dos males da vida... buscamos todos algum tipo de reparação por esses males. (AZEVEDO, 2013)

Essa vitimização e autoidentificação como vítima são fenômenos contemporâneos. A produção dessa vítima é social e histórica e desemboca na construção da subjetividade contemporânea.

3.1 O anormal e a subjetividade moderna

Antes da produção da vítima como sujeito contemporâneo, havia uma subjetividade moderna moldada a partir da ideia de um indivíduo que se pensa e é pensado tomando as verdades hegemônicas como guia de conduta. É um sujeito que preza pela distância do anormal, na medida em que anormalidade engloba os saberes inverídicos, tudo que é errado, proibido, pecado e patológico. Tudo aquilo que não deve ser seguido e deve evitar-se. Mas que se encontra em cada indivíduo como potencialidade e deve, então, ser cotidianamente combatido. “Haver a figura do anormal na sociedade implicará a construção em cada indivíduo da crença de que há uma parte de si mesmo que, se descuidada, torna-o um anormal”. (VAZ, 2014b, p. 6)

Na modernidade, todo aquele que não deseja o que se deve é anormal e, por consequência, um doente. É uma vítima de movimentos internos que se sobressaem às vontades conscientes e, por isso, deve ser tratado e curado. Além disso, a anormalidade também deve ser combatida pois há uma diferença hierárquica entre o normal e o anormal, na qual o último vale socialmente menos que o primeiro.

Ao lutar contra seu desejo para não ser um anormal, o indivíduo não se vê como alguém que está seguindo modelos de ser propostos pela cultura moderna; acredita, sim, que está lutando para não ser um doente, para se salvar. Se não acreditasse que existem loucos, delinquentes e perversos sexuais e que eles assim o são por fazerem o que não se deve, o indivíduo não lutaria contra o que quer. (Ibidem, p. 9)

A culpa era a emoção socialmente predominante na modernidade e sucedeu historicamente a vergonha. Enquanto a vergonha “requer a presença, real ou imaginada, do olhar acusador de um outro”, a culpa “corresponde à internalização e identificação do indivíduo com o olhar do observador externo que incorpora os valores sociais positivos” (Ibidem, p. 8-9). Este observador, que se encontrava em um lugar exterior ao indivíduo, mesmo quando sua vigilância e censura eram apenas imaginadas, passa a ser absorvido e interiorizado pelo sujeito moderno.

O surgimento da culpa é o resultado de um processo onde o indivíduo não consegue mais ter nenhum destacamento com as regras sociais: acredita nelas, pensa que as descobriu e que obedecê-las deve valer para todo e qualquer indivíduo em qualquer momento e lugar. Em outras palavras, crer na verdade é um elemento crucial no processo de anulação da distância entre o indivíduo e os valores da cultura em que vive. (VAZ, 2014b, p. 9)

A queda da figura moderna do perverso sexual, possível graças às mudanças na sexualidade ocorridas nos últimos 50 anos, atingiu a distância do anormal. Prazer e reprodução são dissociados, o que valoriza as formas estéreis de se obter prazer. A relativização de valores como a heterossexualidade, virgindade e fidelidade facilitou, com isso, a prática do ato sexual. Importa, a partir de agora, a valorização da igualdade entre os parceiros e a clareza do consentimento. Desse modo, dois atos passam a ser vistos como abomináveis: o estupro e a pedofilia.

O campo extremamente vasto da perversão sexual foi drasticamente reduzido. De fato, a forma moderna de ato normal era uma ilha cercada pelos mares turbulentos da perversão. Hoje, porém, livros que relatam relações sexuais sadomasoquistas são campeões de venda, botas e meias transparentes são adornos inevitáveis das celebridades e a homossexualidade cada vez mais conquista direitos civis em diversos países. (Ibidem, p. 10)

Com a redução do peso do desejo de não ser perverso sexual, doente e, conseqüentemente, anormal, o sujeito moderno entra em crise. Há uma ampliação do que é socialmente permitido desejar e a culpa não é mais a emoção dominante. A valorização do normal dá lugar à valorização daquele que sofre com a desumanidade de seus algozes. A vítima como sujeito contemporâneo substitui temporal e historicamente o normal como sujeito moderno.

3.2 A vítima na construção da subjetividade contemporânea

A noção contemporânea de vítima surge como uma maneira de conferir reconhecimento ao sofrimento de determinados grupos sociais, em contextos históricos específicos, como forma de legitimação moral de suas demandas. Mais precisamente, a vítima contemporânea aparece, em um primeiro momento, como um modo de reparar a violência das grandes guerras do século passado.

Em sua origem, a noção contemporânea de vítima vincula-se precisamente às políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerras (e, posteriormente, de regimes totalitários e autoritários), em particular o holocausto (Eliacheff; Larivière, 2007), dentro da perspectiva de internacionalização da questão do combate à violência, que transcende o espaço nacional, por inscrever-se na categoria de "crimes contra a humanidade". (SARTI, 2011)

O reconhecimento da vítima na sociedade contemporânea está ligado à responsabilização social pelo sofrimento frente a catástrofes - desde guerras a acidentes naturais - e a identificação como “exigência básica do ser no mundo”. Nas palavras de Cynthia Sarti (2011), “a identificação da vítima faz parte dos anseios de democracia e justiça, dentro do problema da consolidação dos direitos civis, sociais e políticos de cidadania”.

Essa ideia contemporânea de vítima alcança um novo patamar com a definição da categoria diagnóstica do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) pela Psiquiatria, e com as formas terapêuticas que dela derivam (ELIACHEFF; LARIVIÈRE *apud* SARTI, 2011). É como indica Cynthia Sarti (2011):

Resultante da orientação geral do DSM-III (a terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), publicado pela *American Psychiatric Association* em 1980, essa categoria diagnóstica constitui um dos suportes do tratamento das vítimas de violência na área da saúde mental na atualidade, constituindo-se em um importante articulador ideológico da produção da noção de vítima de violência no mundo contemporâneo.

Passa a ter, a partir de então, “uma relação de legitimidade moral entre uma categoria diagnóstica - o estresse pós-traumático - e uma categoria social - a vítima” (ELIACHEFF; LARIVIÈRE *apud* SARTI, 2011). Com a definição dessa categoria diagnóstica, “opera-se uma reconfiguração da concepção da pessoa, na qual se inscreve seu sofrimento” (SARTI, 2011). Sofrimento, agora, causado somente por terceiros.

A conjunção do movimento feminista e do movimento de veteranos do Vietnã produziu a primeira versão do conceito de estresse pós-traumático no DSM-III. Em lugar de dizerem “sofro por minha culpa” ou “sofro porque resisto a desejar meu desejo”, os indivíduos deverão aprender a dizer “sofro por culpa do outro”. (VAZ, 2010)

A categoria diagnóstica do TEPT também possibilitou a identificação e qualificação da vítima e, por isso, os psicanalistas puderam ampliar a categoria para qualquer gênero de

perturbação, como acidentes, assaltos e catástrofes naturais por exemplo. Desse modo, a noção de “traumatismo”, associada ao sentimento de empatia, “invadiu o espaço moral das sociedades contemporâneas” (FASSIN; RECHTMAN *apud* SARTI, 2011).

Uma das repercussões socialmente relevantes do TEPT, segundo Eliacheff e Larivière (2007), é, assim, o esvaziamento do sentido histórico e contextual da figura da vítima, por sua aplicação irrestrita a qualquer tipo de vítima de violência, direta ou indiretamente, identificada pelos sintomas de “estresse”, independentemente do lugar ocupado pelo sujeito no evento traumático, seja como vítima ou testemunha (ou, mesmo, algoz!). (SARTI, 2011)

Até aqui, a condição de vítima ainda não era generalizada. Mas, a partir do DSM-IV, presenciamos uma generalização.

A ênfase não está mais na gravidade do evento admitida por qualquer observador externo; está, sim, na resposta emocional dos que passam pelos eventos, em sua sensação de vulnerabilidade e desamparo, não importando que sejam eventos ordinários e que parte significativa dos indivíduos possa experimentá-los sem nenhum transtorno psíquico. Desde então, serão estressores eventos tais como “ver um morto”, “saber da morte inesperada de conhecidos”, “testemunhar um acidente”, saber da doença grave de parentes ou amigos” etc. (VAZ, 2010)

Com isso, a vítima adquire um papel importante de identidade nas sociedades contemporâneas. Identidade cuja construção é pensada como forma de dar reconhecimento social e inteligibilidade ao sofrimento. E, no contexto presente de “reparação generalizada”, a vítima se torna “a representação dominante da subjetividade contemporânea” (KOLTAI *apud* SARTI, 2011).

Segundo Stuart Hall, em sua obra *Stitching yourself in place*, o conceito de identidade é importante uma vez que trabalha como articulador entre os discursos e as práticas que nos permeiam. “As identidades seriam relacionais, múltiplas e narrativamente construídas, e as interações teriam papel fundamental no processo” (MENDES *apud* AZEVEDO, 2013, p. 516). As identidades seriam, então, múltiplas, fluidas e contextuais. Nesse sentido, “o reconhecimento de um sujeito como vítima não seria algo dado e estabelecido, seria um sentido formulado e redefinido de modo dinâmico no processo interacional.” (AZEVEDO, 2013, p. 516).

Parece-nos que qualquer um pode, em alguma medida, se perceber como vítima (talvez mais raramente percebem-se como ofensores). O estatuto de “ser vítima” – e.g. vítima da criminalidade urbana, vítima de violência doméstica, vítima do abuso

da autoridade policial, vítima de assédio moral no trabalho etc., etc. – representa um *status*, hoje legítimo, de direito violado. (AZEVEDO, 2013, p. 517)

Nas palavras de Cynthia Sarti (2011), “ser vítima não corresponde a um lugar fixo e, pelo caráter mutante da violência, seu lugar, assim como o do agressor, se desloca entre distintos sujeitos”. Deste modo, um indivíduo que em determinada situação é o agressor, algoz, pode também ser vítima por um outro motivo. Por exemplo, um morador de rua assaltante pode ser algoz em um momento, mas em outro ele pode ter sido vítima do descaso do Estado. A construção da vítima “supõe necessariamente o agressor e o contexto da violência, que permitem entender a lógica a partir da qual ela se manifesta e é qualificada como tal” (SARTI, 2011).

A identificação da vítima, na perspectiva contemporânea, diz respeito a tentar entender os processos sociais e políticos de reconhecimento e nomeação da violência pelos quais o indivíduo é produzido como vítima e, no plano da subjetividade, os mecanismos de autoidentificação do sujeito como vítima. (MAUSS *apud* SARTI, 2011). Identificar-se ou ser identificado como vítima “constitui a condição a partir da qual se formulam as políticas públicas e se desenham as formas de intervenção no combate à violência e na assistência às vítimas” (SARTI, 2011).

Identificar-se ou ser identificado como vítima é, também, colocar-se na distância do preconceituoso. Sendo preconceituoso o indivíduo que quer limitar o direito do outro de ter prazer como bem lhe aprouver (VAZ, 2014b, p. 3). O preconceituoso, em comparação ao sujeito moderno, ocupa hoje o lugar pertencente ao doente, ao anormal. Na distância do preconceituoso, “cada um deve gozar e se pensar sempre em luta contra os inúmeros preconceituosos que querem impedi-lo de ser o que é” (Ibidem, p. 14).

Se a emoção experimentada na subjetividade moderna era a culpa, a experimentada pelo sujeito contemporâneo é a vergonha reflexiva. Na vergonha reflexiva, o indivíduo sente vergonha de um dia já ter sentido vergonha de quem era, do que fez e do que viveu. Além disso, a vergonha reflexiva implica em sentir orgulho atual de ser o que se é.

Concretamente, a vergonha de ter tido vergonha requer uma outra atitude com todos aqueles que faziam o indivíduo se envergonhar. Embora as dimensões de revelação, coragem e desafio também estejam presentes em outras formas de testemunho de vítimas em nosso espaço público (imediatamente, testemunhos denunciando estupros e bullying), essa atitude é mais conhecida e melhor disposta na prática hoje difundida de sair do armário – tanto as celebridades, quanto os indivíduos comuns. Nessa prática, o decisivo não é mais mudar o que indivíduo pensava de seu desejo,

mas fazer com que tema menos o que os outros pensarão dele quando for revelado o que ele deseja. (Ibidem, p. 14)

Enquanto o sujeito moderno dependia do juízo alheio, ou seja, enquanto achava que, para ser socialmente aceito, “deveria se comportar como imaginava que os outros queriam que ele se comportasse”, ele era acometido pela baixa autoestima (VAZ, 2014b, p. 14). O indivíduo sofria pelos seus próprios desejos, angustiava-se por “por temer a abjeção em que se tornaria se porventura cedesse ao desejo” (Ibidem, p. 9). Por outro lado, o sujeito contemporâneo, ao experimentar a vergonha reflexiva, demonstra ser um indivíduo corajoso por “vir à público revelar seu segredo, elevando sua autoestima pela valentia demonstrada e por ajudar todos aqueles que ainda sofrem em silêncio por dependerem afetivamente de preconceituosos” (Ibidem, p. 14-15).

A atenção dada às vítimas nas sociedades contemporâneas contribui para a “emergência da vítima como figura reveladora de nossa época” (SARTI, 2011). Os fatores apresentados neste capítulo colaboram para a ascensão da “vítima como herói contemporâneo” (ELIACHEFF; LARIVIÈRE *apud* SARTI, 2011).

3.2.1. Vítima, narrativa e testemunho

Letícia Rodrigues de Azevedo (2013), psicóloga e pesquisadora no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), citando Cheryl Mattingly e Linda C. Garro em “Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade”, afirma que as narrativas são “construídas e constroem e podem ser uma forma de acesso ao sistema simbólico dos sujeitos”, essencial para o reconhecimento do sofrimento relacionado à violência nas sociedades contemporâneas. Ela chama atenção para o fato de que as narrativas podem ser um “modo fundamentalmente humano de dar significado/sentido à experiência” (GARRO; MATTINGLY *apud* AZEVEDO, 2013).

As narrativas e os discursos seriam um meio de afirmar ou reafirmar uma identidade. As ideias que temos hoje de vítima e vitimização fazem parte das narrativas contemporâneas e ainda colaboram para a construção de uma identidade por meio da narrativa ontológica. Como aponta Somers (*apud* AZEVEDO, 2013):

A localização da narrativa dota os atores sociais com identidade – sendo ela múltipla, ambígua, efêmera, conflitante. (...) narrativas ontológicas só podem existir de modo interpessoal no decurso das interações sociais e estruturais ao longo do tempo. Para ter certeza, os agentes ajustam histórias para atender suas próprias identidades, e, em contrapartida, eles costuram a “realidade” sob medida para atender suas histórias.

A confissão como discurso decisivo para a constituição do sujeito moderno corrobora para essa noção da narrativa como ferramenta de produção da subjetividade. Se, por um lado, a confissão era um discurso autobiográfico socialmente privilegiado na sociedade moderna, por outro, o testemunho é o discurso autobiográfico essencial para a constituição da subjetividade contemporânea. No esforço de diferenciar o conceito de ambos os discursos, Paulo Vaz (2014a, p. 2) cita Foucault para definir confissão:

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente um interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas; inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação.

À primeira vista, confissão e testemunho parecem não apresentar muita diferença, uma vez que ambos são discursos autobiográficos. No entanto, ao pensar-se a quem o discurso é endereçado, podemos perceber uma distinção entre eles. A confissão é endereçada a uma autoridade, a um interlocutor que “tem o poder de exigí-la e de determinar se ela foi suficientemente verdadeira” (VAZ, 2014a, p. 3). Já o testemunho é remetido a um interlocutor qualquer, que se encontra no mesmo patamar de igualdade que o locuto, e “se apresenta como desafio endereçado àquele que fez o indivíduo sofrer” (Ibidem, p. 3).

Por pedir a compreensão e desafiar os que não compreendem, quem escuta um testemunho está constrangido a optar entre duas posições morais claramente hierarquizadas: ou é o tolerante que presta solidariedade, ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda. (Ibidem, p.3)

Um outro elemento que distingue confissão e testemunho é o espaço de interlocução. Na contramão da confissão, o testemunho não se restringe ao espaço privado. A Internet é parcialmente responsável por isso, pois permitiu uma proliferação do discurso autobiográfico,

que chega a inúmeras pessoas independentemente da distância. Mas, além disso, há o desejo de se revelar, se expor. Como aponta Paulo Vaz (2014a, p.3):

É difícil saber se efetivamente as pessoas falam mais de si hoje do que antes, dada a relevância das práticas confessionais nas culturas moderna e pré-moderna. Mas é certamente verdade que o predomínio do testemunho sobre a confissão dá maior visibilidade ao discurso autobiográfico, pois sua dinâmica terapêutica requer a ida ao espaço público e não o segredo.

Há ainda outros dois fatores que diferenciam confissão de testemunho. O primeiro deles “deriva dos critérios usados pelo interlocutor para avaliar a verdade de um discurso autobiográfico” (VAZ, 2014a, p. 4). Na confissão, quanto maior a resistência à enunciação, mais verdadeira ela é. “Se o indivíduo não desejava reconhecer seu desejo, resistir fortemente à sua explicitação era o critério maior de que a verdade se manifestara” (Ibidem, p. 4). No testemunho, a verdade é avaliada pela dificuldade em comunicar a experiência traumática. O discurso é dificultado principalmente pelo silenciamento forçado pelo causador do sofrimento e pela sociedade, quando esta decide julgar moralmente a vítima.

O outro fator de diferenciação entre os discursos autobiográficos deriva do modo de explicar o sofrimento. Na confissão, o indivíduo fez ou desejou algo que não devia, ou não aceita seu desejo pois este faria dele um anormal. No testemunho, a pessoa foi vítima de uma terceira.

Se recorremos aos dicionários, observamos que confessar é narrar o que se fez ou o que se desejou. A confissão é um discurso de agente. Já testemunhar é dar evidência do que aconteceu ou do que se experimentou. Quando trata da experiência, o testemunho tende a ser um discurso de vítima. (VAZ, 2014a, p. 5)

Em outras palavras, na confissão o indivíduo explica seu sofrimento com “Eu sofro por minha culpa” ou “Eu sofro porque acredito na culpa”. No caso do testemunho, o indivíduo diz: “Eu sofro por culpa do outro”. (Ibidem, p. 5).

Mesmo que os espaços, os interlocutores, as verdades e os sofrimentos não sejam os mesmos, há uma necessidade de expressão e reconstrução das narrativas. Um espaço onde os indivíduos possam falar e ouvir sobre suas angústias.

Dito para si ou dito para outros, as narrativas são parte do processo de cura. Quando este trabalho cultural é bem-sucedido, narrativas aperfeiçoam rupturas: habilita o narrador a remendar as rupturas, tecendo-as no tecido da vida, para pôr a

experiência em perspectiva. (BECKER, 1997; CAPPS, OCHS, 1995 *apud* AZEVEDO, 2013)

3.2.2. O sofrimento e a subjetividade da vítima

Em produção intitulada “A vida feliz das vítimas”, Paulo Vaz (2010) chama atenção para a existência de uma cultura terapêutica nas culturas ocidentais contemporâneas. O “lema maior” dessas culturas ocidentais é a felicidade, que é garantida como direito e deve ser perseguida por todos. Tamanha importância concebida à essa emoção nos dias de hoje permite pensar em uma cultura terapêutica, onde é fundamental a manutenção do bem-estar e onde a felicidade não é mais consequência da “busca de algum fim comunal superior” e passa a ser um fim comum destinado a cada indivíduo. Esse tipo de cultura é caracterizado por lidar de um modo singular com o sofrimento.

Sabe-se que todas as culturas ocidentais promovem terapia, consolam os indivíduos. No entanto, elas se alteram conforme os sujeitos sofrem mudanças. Por exemplo, na modernidade as terapias se caracterizavam por, ao mesmo tempo, consolar e admoestar o indivíduo, vinculando à existência do sofrimento alguma imoralidade cometida. Ou seja, o indivíduo pode não sofrer se for moral. E, quando sofria, o sujeito moderno deveria dizer “sofro por minha culpa” (VAZ, 2010, p. 137).

Esse sujeito é engendrado sob “a ilusão de controle da consciência do indivíduo sobre uma parte dele mesmo e, graças a esse controle, sobre os eventos que podiam vir a lhe acontecer” (Ibidem, p. 138). O indivíduo exerce a ascese, a renúncia aos prazeres do corpo, por concordar que “é preciso sofrer para não sofrer”. Os prazeres renunciados são extrínsecos e inferiores à “alegria” a ser alcançada no futuro.

Como já visto anteriormente, a mudança no sentido e valor das práticas sexuais torna difícil a atribuição do sofrimento a uma falha moral. As mudanças na sexualidade ocasionaram a queda do sujeito moderno e a emergência de uma nova subjetividade. As terapias de maior sucesso já não estão mais preocupadas em reprimir ou julgar moralmente os desejos de cada indivíduo, agora parecem só querer aliviá-los da culpa que os atormenta, ensinando-os a descobrir que não sofrem por sua própria causa, mas por culpa do outro. O sujeito contemporâneo é revelado na figura da vítima.

A liberação da sexualidade institui a figura da vítima como a forma subjetiva da cultura terapêutica. Essa nova figura tanto implica a elevação de certos sofrimentos ao estatuto de contingentes, quanto redistribui a responsabilidade pelo seu advento entre ação individual e ação coletiva. (VAZ, 2010, p.143)

Os sofrimentos, que antes eram tidos como responsabilidade do próprio indivíduo e necessários para o alcance futuro da felicidade, agora passam a depender da ação humana. A felicidade, de agora em diante, passa a estar vinculada à liberação do prazer, e não somente ao prazer sexual. Patologizar e anormalizar os desejos desvirtuantes e imorais não é mais pertinente para a sociedade contemporânea, ela está mais preocupada com “os excessos nas práticas de prazer que autorizou” (Ibidem, p. 153).

Doravante, a psiquiatria se desliga do controle social e “deixa de se preocupar com o sofrimentos que o indivíduo pode causar na sociedade” (Ibidem, p. 154). É interessante, agora, estar ao lado daquele que a sociedade e a vida fazem sofrer. A diferença com que muitos casos de estupro passam a ser tratados é um exemplo :

Se é machista, a sociedade pode recusar que tenha havido crime e sequer reconhecer o sofrimento da vítima ao pensar que ela provocou o estuprador ou, mesmo, desejava o ato. A mulher, por sua vez, pode ter internalizado o preconceito e pensar que seu sofrimento teria sido causado por seu comportamento “provocador”. A possibilidade de cura dependerá de essa mulher compreender que a culpa não foi dela, mas do estuprador e, mais genericamente, da sociedade preconceituosa que, por preconceito, não previne nem pune tais comportamentos. (Ibidem, p.143)

Se a sociedade recusar reconhecer o sofrimento, ela estará diminuindo a autoestima da vítima. E abstrair a culpabilidade individual, passar a dizer que o sofrimento é de responsabilidade da sociedade seria condição *sine qua non* para aumentar a autoestima do indivíduo.

Como já visto, o movimento feminista e o movimento de Veteranos do Vietnã contribui para a produção do conceito de estresse pós-traumático no DSM-III. Esse conceito mudou o modo como as pessoas encaravam o sofrimento, os indivíduos agora dizem “sofro por culpa do outro”. A transformação do conceito de estresse pós-traumático fez com que os sofrimentos que dependem da ação coletiva tenham vínculos com a idealização da vida privada segura e feliz. “Crimes, atentados terroristas, acidentes, catástrofes e epidemias, isto é, tudo aquilo que interrompe trágica e subitamente a rotina prazerosa dos indivíduos comuns será considerado sofrimento contingente, com sua existência atribuída a falhas do Estado”

(VAZ, 2010, p.161). Todos os eventos trágicos são causa de indignações, pois acredita-se que o Estado seria uma entidade que deve garantir a segurança dos indivíduos, independente a improbabilidade do evento.

A cultura terapêutica, hoje, atribui a responsabilidade pelos sofrimentos ao outro, e, por isso, contribui para uma cultura da vítima, “aquela em que os indivíduos estão novamente aprendendo a se conceber como inocentes e a afirmar que sofrem por culpa de imorais” (Ibidem, p. 162).

4 “EU NÃO PEDI POR ISSO”: ANÁLISE DA CAMPANHA VIRTUAL “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”

Indignada com os resultados de uma pesquisa que chamou atenção de muita gente, uma mulher organizou uma campanha virtual a fim de protestar contra a culpabilização das vítimas de estupro. Utilizando uma *hashtag* (#), a campanha, que começou no Facebook, se espalhou por diversas redes sociais e atraiu a atenção de inúmeros anônimos e personalidades da mídia, desde cantoras famosas à presidente da república, que se afirmavam vítimas da cultura do estupro. Não demorou muito para que a organizadora e outras participantes recebessem ameaças machistas.

A análise aqui pretendida não tem a finalidade de avaliar a veracidade da pesquisa - corrigida dias depois - que causou o protesto virtual, mas a forma de se manifestar adotada pelos protestantes. Por que usar uma *hashtag* com uma frase em primeira pessoa? Por que utilizar fotos com pessoas nuas? Por que compartilhar relatos de experiências de violência sexual ou do medo da possibilidade do abuso? E, principalmente, o que levou à utilização de um discurso que reivindicava o lugar de vítima àquelas que foram violentadas?

4.1 A origem de tudo: a pesquisa do Ipea e a indignação no Facebook

“As mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vitimizadas¹⁶”. Tais palavras foram proferidas por um representante da polícia em palestra sobre segurança no campus de Direito da York University de Toronto, no Canadá, em 2011. Ao ouvir o policial afirmar que as mulheres deveriam se preocupar em não sair nas ruas se vestindo como uma vadia para não serem estupradas, Sonya Barnett e Heather Jarvis se indignaram e tiveram a ideia de realizar a Marcha das Vadias¹⁷. Elas se reapropriaram do termo usado pelo policial e criaram um evento na rede social Facebook, que rapidamente agregou diversos simpatizantes, entre eles, organizações feministas e contra violência de gênero, que queriam fazer algo para protestar contra a asserção feita na palestra. A intenção da marcha era mostrar que roupas, comportamentos, espaços e horários de circulação não deveriam ser usados como

¹⁶ Tradução do autor. “Women should avoid dressing like sluts in order not to be victimised.” Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-13320785> Acesso em: 13/04/2015

¹⁷ Na versão original: *Slut Walk*. A tradução do termo original ocorreu de diversas formas, a considerar as diferentes palavras usadas para designar “*slut*” (vadia, puta, vagabunda, ordinária, galdéria etc.)

justificativas para culpar as mulheres vítimas de violência sexual, que a culpa deve ser sempre do agressor. O protesto aconteceria de forma performática, com seus próprios corpos marchando pela cidade. Dessa forma, seis semanas após a palestra na universidade, no dia 3 de abril de 2011, sob o lema “O que quer que eu vista, onde quer que eu vá, sim significa sim, e não significa não”, a primeira Marcha das Vadias reuniu 4 mil pessoas em Toronto. “O protesto conseguiu reunir uma quantidade tão diversificada de pessoas, inclusive muitas que nunca tinham se engajado num movimento reivindicatório antes, pessoas que conheceram a ideia pela internet e apoiaram” (HELENE, 2013, p. 70).

A notícia da Marcha das Vadias de Toronto repercutiu rapidamente pelas redes sociais e, assim, começou a ser replicada pelo mundo, usando as plataformas de comunicação digitais para organização e divulgação. Uma das características mais interessantes das Marchas das Vadias é, como afirma a doutoranda pelo IPPUR/UFRJ Diana Helene (2013), que sua organização e reprodução acontecem “de forma descentralizada, com a internet como meio de propagação, organização e repercussão”.

Três anos depois, ao sul do continente americano, um motivo similar ao que originou a Marcha das Vadias fez muitas pessoas protestarem: a culpabilização da vítima. Dia 27 de março de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou os dados do SIPS¹⁸ cujo resultado provocou acalorado debate na Internet. Apesar da dubitabilidade dos resultados e seu conteúdo bastante preocupante, algumas respostas divulgadas chamaram muita atenção. Quando questionados que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, 58,5% das famílias entrevistadas tenderam a concordar total ou parcialmente com a declaração. Sobre “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, 65,1% dos entrevistados responderam que concordam total ou parcialmente com a tal afirmação. Outras perguntas da mesma pesquisa apresentaram respostas machistas, mas essas duas tinham uma característica em comum: responsabilizavam as mulheres nos casos de estupro.

A notícia causou muita comoção nas redes sociais e mulheres indignadas com esse resultado decidiram reagir. Para responder à sociedade que a mulher é vítima e não culpada, e que o verdadeiro culpado é o agressor, a jornalista Nana Queiroz criou um evento (ANEXO II) na rede social Facebook convidando usuárias a publicar suas fotos acompanhadas da frase “Eu não mereço ser estuprada”. Mais de 40 mil mulheres confirmaram presença no evento.

¹⁸ Dados analisados no capítulo 2.1 Sobre a pesquisa do Ipea

Às 20 horas do dia da divulgação da pesquisa do Ipea pessoas do país inteiro publicavam fotos (ANEXO III) com o corpo desnudo acompanhadas da *hashtag* #EuNãoMereçoSerEstuprada e outras frases de apoio. Juntamente ao protesto fotográfico seguiram-se testemunhos de vítimas de estupro, de modo público ou por mensagens privadas ao movimento, revelando a vida das pessoas e como elas lidavam com o trauma.

O Facebook foi a plataforma digital utilizada por Nana Queiroz para organizar e divulgar o protesto online. É a rede social com a maior base de usuários do mundo: são 1,44 bilhão de usuários ativos (que acessam o site pelo menos uma vez por mês), segundo o relatório¹⁹ divulgado pela empresa em abril de 2015, o que representa um crescimento de 13% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Lançado em 2004, o Facebook foi criado pelo estudante de Harvard Mark Zuckerberg e seus companheiros de quarto Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz, Andrew McCollum e Chris Hughes, com a finalidade de criar uma rede de contatos e avaliar os estudantes das nove casas da universidade. Hoje, o Facebook tem a missão de “dar às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado”, de acordo com seu próprio perfil²⁰ na rede social.

Mas por que razão Nana Queiroz escolheu o Facebook para criar a campanha “Eu não mereço ser estuprada”? Será por causa da popularidade e alcance dessa rede social? Por que um protesto virtual e não uma marcha ou passeata? Ela tinha a pretensão de angariar tantos adeptos? Para responder essas e outras perguntas, foi feito um questionário com a criadora da campanha pelo próprio Facebook (APÊNDICE A). Segundo ela, a intenção do protesto online era conseguir fazer com que mulheres de diferentes estados pudessem se manifestar juntas.

A ideia do protesto era poder mobilizar mulheres que nunca saíam às ruas com pouca roupa, ou que se sentiam em perigo ao fazê-lo. Na internet nós criaríamos um ambiente mais ou menos seguro para todas que se interessassem em participar. Outro intuito era unir mulheres de diversos estados em uma só voz. Assim conseguimos sair do eixo Rio-São Paulo - máximo Brasília -, onde grandes protestos podem ser organizados. (QUEIROZ, 2015)²¹

Em pouco tempo, a campanha de Nana Queiroz conquistou um grande número de adeptos, que aceitaram se fotografar sem roupas e com a frase que deu nome à campanha:

¹⁹ Disponível em: <http://investor.fb.com/releasedetail.cfm?ReleaseID=908022> Acesso em: 11/06/2015

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/FacebookBrasil/info> Acesso em: 11/06/2015

²¹ Entrevista realizada pelo autor

“Eu não mereço ser estuprada”. Além do motivo (culpabilização da vítima), a maneira como a campanha foi organizada e espalhada, e também o modo usado para protestar foram similar aos adotados pela Marcha das Vadias.

A campanha “Eu não mereço ser estuprada”, diferente da marcha, foi um protesto virtual, mas, assim como a manifestação de Toronto, foi organizada através de um evento criado no Facebook. Em função da Internet, a notícia da campanha brasileira correu o país, e da mesma forma aconteceu com a Marcha das Vadias, que teve a notícia de sua primeira realização repercutida no mundo inteiro. Poucos minutos após a criação do evento da campanha “Eu não mereço ser estuprada”, a notícia percorreu diversas redes sociais e alcançou famosas, que também aderiram à causa. Os dois protestos utilizaram os corpos e a performance como modo de manifestação, no tentanto em espaços distintos, a marcha ocorreu na rua, enquanto a campanha brasileira, na Internet. Sobre o modo de se manifestar e a alta adesão à campanha virtual, Nana Queiroz (2015) disse: “Era pra ser uma performance artística entre amigas. Fiquei muito feliz quando muitas mulheres e homens decidiram participar”.

4.2 “#EuNãoMereçoSerEstuprada”: “memetização”, nudez e a proliferação na Internet

A campanha criada pela jornalista Nana Queiroz se espalhou rapidamente por diversas redes sociais: do Facebook ao Tumblr, passando pelo Twitter e Instagram. Não importava em qual plataforma você estivesse, lá estavam diversas imagens de pessoas desnudas seguidas pela *hashtag* #EuNãoMereçoSerEstuprada, às vezes acompanhadas por outras frases de apoio e até por relatos. Assim, #EuNãoMereçoSerEstuprada se tornou um meme na Internet. Para entender melhor o processo de difusão da campanha, é preciso esclarecer sobre o uso da *hashtag* e sobre o conceito de “memetização”.

Um elemento bastante característico das redes sociais é sua capacidade de difundir informações por meio das conexões existentes entre os usuários. “Muitas dessas informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto on-line quanto off-line” (RECUERO, 2009). A fim de que essas informações não se percam e sejam agrupadas, e para otimizar as buscas por conteúdos de um mesmo assunto, as pessoas utilizam as *hashtags*. Todas as redes sociais que serviram como plataforma para a campanha

virtual permitem o uso de *hashtag*, no entanto, a última a adotar este recurso foi o Facebook, que aderiu há cerca de dois anos. Segundo a Central de Ajuda do Facebook²², “as *hashtags* transformam tópicos e frases em *links* clicáveis nas publicações da sua Página ou Linha do Tempo pessoal”. Esta ferramenta ajuda as pessoas a encontrarem publicações sobre assuntos nos quais têm interesse. Para isso, é preciso escrever # (“jogo da velha” ou cerquilha) na frente de um tópico ou uma frase e acrescentar à publicação, isso transforma o termo em um link clicável. Ou seja, é um filtro no qual é possível encontrar uma página com conteúdos (imagens, textos, vídeos etc.) que incluem uma mesma *hashtag*.

O Social Media Examiner²³ classificou quatro motivos pelos quais uma marca usa uma *hashtag*, mas também serve para outros conteúdos. O primeiro é para expandir o alcance, para que chegue ao maior número de pessoas possível. O segundo motivo é para a amplificação, a fim de que o conteúdo seja facilmente divulgado. O terceiro é o cruzamento entre redes sociais, postar um conteúdo com a mesma *hashtag* em diversas redes é uma ideia para uni-las e viralizar/“memetizar” um assunto. O último motivo é para promover um evento e facilitar a busca pelos conteúdos.

O conceito de meme²⁴ foi usado pela primeira vez pelo britânico Richard Dawkins, em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. Dawkins discutia a cultura como produto da replicação de ideias, que ele chamou memes. Em seu livro, o britânico compara a evolução cultural com a evolução genética, em que o meme é o “gene” da cultura, que se perpetua através de seus replicadores: as pessoas.

Um meme de ideia pode ser definido como uma entidade capaz de ser transmitida de um cérebro para outro. O meme da teoria de Darwin, portanto, é o fundamento essencial da ideia de que é compartilhado por todos os cérebros que a compreendem (DAWKINS *apud* RECUERO, 2009, p. 123)

A doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do tema Raquel Recuero (2006, p. 3) afirma que “o estudo dos memes está diretamente relacionado com o estudo da difusão da informação e de que tipo de ideia sobrevive e é passado de pessoa a pessoa e que tipo de ideia desaparece no ostracismo”. É uma forma básica de aprendizado social através da imitação. A imitação é o

²² Disponível em: <https://www.facebook.com/help/587836257914341> Acesso em: 14/06/2015

²³ Disponível em: <http://www.socialmediaexaminer.com/facebook-hashtag-marketing/> Acesso em: 14/06/2015

²⁴ Proveniente do grego *Imeme*

fundamento do meme e gera padrões de comportamento. Segundo Dawkins (1979, *apud* RECUERO, 2009, p. 124), há três características essenciais dos memes: longevidade, fecundidade e fidelidade das cópias.

A longevidade é a capacidade do meme de permanecer no tempo. A fecundidade é sua capacidade de gerar cópias. Por fim, a fidelidade é a capacidade de gerar cópias com maior semelhança ao meme original. Ressalte-se que a propagação dos memes é cíclica e nem sempre implica a reprodução fiel da ideia original. (RECUERO, 2009, p. 124)

Em 1998, o americano Joshua Schachter criou o site “Memepool”, onde estavam links e vídeos da internet que fizeram sucesso, foi o primeiro registro da palavra meme na Internet. Com a palavra meme associada à Internet, a autora Raquel Recuero (2009) categoriza os conteúdos de acordo com as características essenciais propostas por Dawkins, ela ainda acrescenta o alcance como nova característica.

A longevidade, de acordo com ela, é o tempo que o meme dura e é dividida em dois tipos: persistentes e voláteis. Persistentes são aqueles que permanecem sendo replicados por muito tempo, enquanto voláteis, por contraste, são aqueles que têm um curto período de vida e são rapidamente esquecidos ou modificados. Para a autora, a segunda categoria é a mais comum. “Memes voláteis podem ser copiados por muitos *weblogs*, mas apenas num curto espaço de tempo, caindo, depois, no ostracismo” (RECUERO, 2009, p. 127)

Em relação à fidelidade, os memes são classificados em replicadores - tem como característica a variação reduzida, com alta fidelidade à cópia original e parece simplesmente querer informar um fato -, metamórficos - são totalmente alterados e reinterpretados quando passados adiante - e miméticos - sua estrutura permanece a mesma, mas a intenção de replicação é alterada.

A terceira classificação dos memes proposta por Dawkins é em relação à sua fecundidade e são separados em epidêmicos e fecundos. Os primeiros se espalham amplamente, por diversas redes, como uma epidemia. Já os segundos se espalham por grupos menores, ou por poucas redes. “Todos os memes são potencialmente fecundos e necessitam gerar descendência para sobreviver, mas têm graus diferentes de fecundidade” (RECUERO, 2009, p. 128).

Ao perceber o impacto dos memes nas redes sociais, Recuero sugere a classificação também em relação ao alcance, dividindo-os entre globais e locais. Os globais são memes que

alcançam pessoas distantes entre si dentro de uma determinada rede social. Já os locais são aqueles que ficam restritos a uma determinada vizinhança de redes sociais, isto é, “são memes que são propagados por pessoas que estão mais próximas e que interagem com mais frequência” (RECUERO, 2009, p. 129).

A jornalista Nana Queiroz criou a campanha no dia 21 de março de 2014 e em 5 dias a adesão ao protesto online chegava a 44 mil pessoas²⁵. No Instagram - aplicativo de captura, edição e compartilhamento de imagens e vídeos-, o número de publicações²⁶ acompanhadas pela *hashtag* “#EuNãoMereçoSerEstuprada”, na segunda feira dia 31/04/2014, já se aproximava de 3 mil. No Tumblr - sistema gratuito de blogs e rede social em que usuários postam links, textos, imagens, vídeos e áudio-, a foto mais popular com a *hashtag* do protesto chega a 12085 notas, isto é, foi republicada e/ou curtida esse número de vezes. Quando questionada se imaginava que a campanha teria um alcance tão grande e conquistaria tantos apoiadores, Nana Queiroz disse que pensou que não chegaria nem a 50 adeptos.

Nunca imaginei que a campanha fosse angariar nem 50 adeptos. Era para ser uma performance artística entre amigas. Fiquei muito feliz quando muitas mulheres e homens decidiram participar, Isso significa que o brasileiro está mais maduro diante de ideias de demonização da sexualidade feminina. Significa que as mulheres sabem que merecem mais. (QUEIROZ, 2015)²⁷

A campanha ficou tão popular na Internet que mobilizou a mídia no país e no exterior e foi o tópico mais comentado nas redes sociais naquela ocasião. O movimento foi noticiado na imprensa internacional, em sites como o *Huffington Post*, *Al Jazeera* e *BBC*. Três dias após o início da campanha, no dia 30/03/2014, foi feita uma matéria no Fantástico²⁸, da Rede Globo. No dia 01/04/2014, Nana Queiroz participou do programa Encontro com Fátima Bernardes²⁹, da mesma emissora, falando sobre a campanha e as ameaças que recebeu

²⁵ Informação divulgada pela doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS Bianca de Oliveira Ruskowski (2015), em seu artigo *INDIVIDUALISMO EM REDE: uma proposta de análise para o engajamento digital em ações conectivas*

²⁶ Segundo publicação de Valesca Popozuda na própria rede social. Disponível em: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/lifestyle/valesca-popozuda-e-daniela-mercury-entram-para-a-campanha-eu-na-o-mereco-ser-estuprada/> Acesso em: 15/06/2015

²⁷ Entrevista realizada pelo autor.

²⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/organizadora-de-campanha-contra-estupro-recebe-ameacas-na-web.html> Acesso em: 15/06/2015

²⁹ Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/O-Programa/noticia/2014/04/nana-queiroz-diz-que-marido-sofreu-1-ameaca-na-noite-desta-segunda-feira.html> Acesso em: 15/06/2015

por conta disso. Artistas como Valesca Popozuda (ANEXO III - FIGURA C), Juliana Paes, Claudia Leitte, Daniela Mercury e Pitty aderiram ao movimento. “Homens que atacam mulheres são monstros”, disse Valesca em entrevista à revista *Época*³⁰. A cantora Pitty Leone criou uma outra campanha paralelamente à “Eu não mereço ser estuprada” para protestar contra os resultados da pesquisa do Ipea. A lógica era a mesma: meninas se fotografavam com o corpo desnudo, só que nesse caso acompanhadas da *hashtag* “#EuSouMinha”. As fotos eram mandadas para Pitty, que as publicava em um perfil no Tumblr chamado “Eu sou minha”, criado exclusivamente para sua campanha.

Diversos políticos também apoiaram o protesto criado por Queiroz, como Jean Wyllys e Romário, que publicou texto (ANEXO IV) de apoio com imagem de meninas segurando cartazes para a campanha - a publicação recebeu mais de 15,5 mil curtidas. Até a presidente da República Dilma Roussef demonstrou solidariedade ao movimento e à Nana Queiroz, quando recebeu ameaças por causa da campanha. "Por ter se manifestado nas redes contra a cultura de violência contra a mulher, a jornalista foi ameaçada de estupro. Organizadora do protesto #EuNãoMereçoSerEstuprada, Nana Queiroz merece toda a minha solidariedade e #respeito", disse a presidente em sua conta na rede social Twitter - site de microblog mais popular nos dias de hoje. Dilma Roussef recebeu Nana Queiroz e outras organizadoras da campanha e se comprometeu a receber sugestões de especialistas voluntários para prevenir o estupro no Brasil. A própria presidente se propôs a ler o documento³¹ preparado pelas organizadoras da “Eu não mereço ser estuprada”.

A campanha começou com uma foto (ANEXO III - FIGURA A) da jornalista Nana Queiroz com o torso nu, em frente ao Congresso Nacional, e com a frase “Não mereço ser estuprada” escrita nos braços, que protegiam seus seios. O uso político do corpo nu é parte da luta pelos direitos de exibição dos corpos na contemporaneidade. O protesto online reivindicava que as mulheres possam expor seus corpos da forma que achem melhor, sem serem admoestadas ou abusadas, por isso o uso da nudez como modo de protesto. Outras manifestações pelos direitos das mulheres também já usaram a nudez para protestar, como a Marcha das Vadias por exemplo. Neste protesto, muitas manifestantes marcham nuas da cintura pra cima, sugerindo que, assim como a campanha virtual brasileira, toda mulher deve

³⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html> Acesso em: 15/06/2015

³¹ Disponível em: <https://ninguemmereceserestuprada.wordpress.com/2014/04/27/estupro-no-brasil/> Acesso em: 15/06/2015

ter direito a usar as vestes que quiser, sem que isso justifique a violência sexual. A eficácia desses tipos de manifestação, nem que seja em pelo menos chamar a atenção, “deve-se à persistência de certas moralizações que ainda inflamam os olhares contemporâneos”, como sugere a doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Paula Sibilia. Em artigo chamado “A politização da nudez: entre a eficácia reivindicativa e a obscenidade real”, ela afirma:

Pois, se essa potencialidade escandalosa e seus decorrentes ímpetos censores tivessem sido completamente desativados, tais práticas não convocariam a atenção midiática. No entanto, apesar de sua evidência, tudo isso parece estar em plena mutação, e somente por isso é que estes fenômenos estão ocorrendo agora. Hoje se tornou mais viável a exibição dos corpos femininos nus no espaço público, devido a certos relaxamentos nos planos morais e jurídicos. Apesar dessas transformações, porém, os critérios que ampararam o nu feminino na tradição ocidental não parecem ter desaparecido de vez, embora se constatem alguns deslocamentos importantes nas definições de obscenidade e certas reformulações nos padrões de beleza. (SIBILIA, 2014, p. 16)

Quando indagada sobre a nudez no protesto virtual na entrevista feita para esse trabalho, Nana Queiroz ratifica que, naquele momento, o propósito não era sexual, mas sim político.

O corpo nu porque ele é meu e a mim cabe fazer com ele o que bem entender, independentemente do que a sociedade determina. Veja bem quantas regras são postas sobre o corpo da mulher. Eu, por exemplo, cresci numa família cristã que me dizia que se eu mostrasse o corpo estaria provocando o pecado - como se eu tivesse o poder de controlar a mente das pessoas. Esse tipo de ideia coloca o corpo da mulher como símbolo do pecado quando, na verdade, ele é algo puro, ele é parte de quem somos. E nós somos algo bonito e respeitável e não algo sujo, não um convite ao crime. Quando estou diante do Congresso, estou assinalando que meu corpo ali não é um objeto sexual, mas um objeto político. (QUEIROZ, 2015)

4.3 - “Eu não mereço ser estuprada” e o lugar de vítima: identidade e narrativas contemporâneas

A pesquisa do Ipea intensificou discussões acerca da cultura do estupro. A culpabilização das vítimas pela violência sexual que sofrem é uma das principais características dessa cultura. Além de lutar pelo direito da mulher se vestir e comportar como quiser sem que isso seja usado como justificativa para o estupro, a campanha “Eu não mereço

ser estuprada” reivindicava a delimitação do “culpado” e da “vítima” do estupro. A campanha surgiu por conta da indignação contra uma pergunta da pesquisa que retirava do agressor a culpa pela violência, uma vez que a mulher estuprada “merecia” aquilo. Ou seja, tratava-se de definir as categorias de “culpado” e “vítima”, pois à mulher violentada cabe o lugar de vítima, já que o agressor é o único e verdadeiro culpado. A campanha “Eu não mereço ser estuprada” era um grito pelas mulheres vítimas diretas do estupro. Mais que isso, era um grito também por todas as mulheres vítimas indiretas de abusos sexuais, isto é, vítimas da cultura do estupro e do medo de serem estupradas.

A palavra “vítima” está presente no vocabulário cotidiano das pessoas. Todo mundo diz-se vítima de algum episódio ou configuração social. Nem todas são vítimas concretas da violência, mas, de certo modo, todas são vítimas do medo de ser violentadas. A vítima possui um papel importante de identidade nas sociedades contemporâneas e se apresenta como uma saída socialmente aceitável de comunicar o sofrimento ligado à violência, reivindicando “demandas e ações sociais de reparação e cuidado” (SARTI, 2011). A relativização do lugar de vítima ocupado pelas mulheres estupradas já provocou diversos protestos, como a Marcha das Vadias e, agora, a campanha “Eu não mereço ser estuprada”. Sobre isso, Paulo Vaz diz:

Hoje, portanto, os movimentos sociais tendem a se indignar quando é proposta a relativização do lugar de vítima. A desnaturalização pelo questionamento de alguns de seus conceitos – bullying, stress pós-traumático, estupro, etc. – é criticada porque significaria relativizar ou não reconhecer o sofrimento da vítima e municiar os preconceituosos com argumentos. (VAZ, 2014a, p. 29)

Segundo Vaz, “quem se pensa como uma vítima é uma vítima”. De acordo com ele, esse processo de atribuir a si o estatuto de vítima não ocorre de modo consciente na maioria das vezes. Pensar-se como uma vítima hoje faz parte do “processo costumeiro” de se desejar, inconscientemente, uma identidade socialmente valorizada.

Dito claramente, a maior parte das mulheres que reinterpretem suas experiências passadas a partir de classificações de atos disponíveis em seu presente não está calculando e buscando vantagens financeiras e simbólicas; estão apenas expressando sua crença no que sua cultura lhes propõe como verdadeiro. (VAZ, 2014a, p. 29)

As narrativas centrais e discursos públicos dota os indivíduos com identidade. Pensar-se como uma vítima faz parte das narrativas contemporâneas e colabora para a construção de uma identidade por meio do discurso ontológico. O relato em primeira pessoa

é característico da subjetividade contemporânea. A campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” teve início com fotografias de apoio, mas não demorou muito para que surgissem os relatos de experiências pessoais (ANEXO V). “Na noite da uma quinta-feira, recebemos uma série de depoimentos de mulheres, homens e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual. É incrível como essas histórias têm força, muito mais força que os números”, diz a criadora Nana Queiroz em artigo³². O primeiro relato³³ foi publicado por Daiara Figueroa (ANEXO V - FIGURA A), a ele se seguiram inúmeros outros.

Meu estupro aconteceu no seio de minha própria família (...). O processo de sobrevivência a um estupro é algo lento e demorado. Se hoje falo abertamente disso, o faço com tranquilidade: não me envergonho, pois sei que eu não tive culpa de nada. O ato foi violento, foi assim que perdi minha virgindade e até hoje não tolero que alguém segure meus pulsos com força. no primeiro momento o sentimento do horror, do nojo do próprio corpo, do ódio, o enjoo, a sujeira era muito grande. Fiquei um bom tempo me ocultando com roupas largas e escuras: não queria aparecer ou chamar a atenção novamente.(...) Mesmo que inaceitável, muitas pessoas convivem com a memória dessas violências. É uma convivência dolorosa, mas toda dor pode também se transformar em cura. (FIGUEROA, 2014)

O testemunho é o discurso autobiográfico essencial para a constituição da subjetividade contemporânea e ele não se restringe ao espaço privado. A Internet facilitou a dinâmica terapêutica do testemunho, que requer a ida a um espaço público. Daiara Figueroa publicou seu relato autobiográfico na rede social Facebook e teve sua publicação compartilhada por mais de 6 mil pessoas. Paulo Vaz (2014a, p. 16) diz que “testemunhos de vítimas no espaço público contêm características discursivas que lhes facultam ser apropriados por outros indivíduos para repensar suas experiências”. A partir da publicação de Figueroa muitos outros relatos começaram a aparecer no Facebook. Nem todos os relatos foram divulgados publicamente, algumas pessoas enviaram suas experiências por mensagem privada às organizadoras do protesto. Mas, ainda assim, esses testemunhos reforçam a dimensão terapêutica que falar sobre o estupro teria na vítima. A autora argentina Leonor Arfuch (*apud* VIEGAS, 2008, p. 3) chama os lugares de circulação de narrativas que privilegiam o biográfico-vivencial - como as redes sociais, blogs, etc. - de “espaço

³² Disponível em:

<https://ninguemmereceserestuprada.wordpress.com/2014/03/31/o-estupro-mora-no-quarto-ao-lado/> Acesso em: 17/06/2015

³³ Texto completo disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10152303221838675&set=a.449364028674.227365.648333674&type=1&theater> Acesso em: 17/06/2015

biográfico”. Para ela, o termo caracteriza “a articulação entre esses diversos gêneros discursivos contemporâneos ligados aos relatos de experiências pessoais e à exposição pública da intimidade”.

No testemunho de Daiara Figueroa é possível perceber a emoção característica do sujeito contemporâneo: a vergonha reflexiva. Em seu relato ela afirma: “não me envergonho, pois sei que eu não tive culpa de nada”, apesar de um dia já ter sentido vergonha de si e do próprio corpo. A vergonha reflexiva implica em se olhar no passado e sentir orgulho atual de ser o que se é. Ela demonstra ser corajosa por ir à público revelar seu sofrimento, elevando sua autoestima pela valentia demonstrada.

Nem todos os relatos publicados foram de vítimas diretas de estupro. Mulheres que sofrem com o medo da possibilidade de serem violentadas e/ou que se cansaram do assédio que sofrem nas ruas também compartilharam seus testemunhos na Internet. Este é o caso de Tainara de Souza, que teve seu relato (ANEXO V - FIGURA B) divulgado junto com sua imagem de apoio por uma página não oficial da campanha “Eu não mereço ser estuprada” no Facebook.

Nunca fui estuprada. (...) Trabalhava o dia todo, e à noite, estudava. Justamente naquele dia, minha mãe não pôde me buscar na aula (que acabava por volta das 22h30), e tive que voltar pra casa a pé e sozinha. Senti que havia um carro me seguindo, parecia que falavam comigo, mas como de costume aumentei o volume do fone de ouvido, e segui meu caminho. Insatisfeito, ele estacionou o carro no outro lado da rua, e atravessou a rua em minha direção. (...) Senti muito medo, pensei que ele poderia me arrastar até o carro, então continuei caminhando ali. (...) Pensei que estava prestes a ter minha vida, minha adolescência e minha virgindade corrompida naquele momento, mas "felizmente" isso não aconteceu. (SOUZA, 2014)³⁴

Esses testemunhos deixam claro o sofrimento das mulheres por terem que viver inseridas na cultura do estupro. A identificação da vítima na sociedade contemporânea diz respeito a conferir reconhecimento social ao sofrimento. Essa preocupação em comunicar o sofrimento aumenta, pois "a profundidade das consequências psicológicas deixadas na vítima", segundo Vigarello (*apud* VAZ, 2014a, p. 22-23), passa a definir a gravidade da violência. A presença duradoura do trauma não quer dizer que seus efeitos não possam ser superados. “De fato, o trauma é pensado como fundando identidade e um indivíduo pode

³⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/diganaoamachismo/photos/a.600896736664193.1073741827.600883873332146/601623046591562/?type=1&permPage=1> Acesso em: 17/06/2015

passar de vítima a sobrevivente, tornando-se alguém que passou por um evento terrível, mas superou, tem uma alta autoestima e ajuda outros a enfrentar seus traumas” (VAZ, 2014a, p. 23). Muitos testemunhos demonstram essa capacidade de superação, como é o caso de Lidiania Corrêa (ANEXO V - FIGURA C), que percebeu que não deveria se envergonhar pelo que sofreu, porque foi vítima e não teve culpa.

Eu não morava com meus pais, senti medo de denunciar, senti medo de contar para alguém. Minha alternativa foi voltar para minha cidade, magra, deprimida e pensando o tempo todo em suicídio. Não sinto vergonha em contar essa história. Por que eu deveria sentir se fui a vítima? É por isso que estou aqui me mostrando, mostrando meu rosto, porque eu não sinto vergonha. Vergonha é fazer apologia ao estupro. Vergonha é estuprar. Vergonha é não respeitar o corpo da mulher. (CORRÊA, 2014)³⁵

É comum, em testemunhos, as vítimas de estupro narrarem a incredulidade e o medo que precisaram enfrentar ao falarem sobre o assunto com amigos, familiares. médicos e/ou ao procurarem autoridades para denunciar seus agressores. No caso de Lidiania Corrêa, o medo foi tanto que ela não contou à ninguém naquela circunstância. “Ao vincularem incredulidade e preconceito, imediatamente garantem que quem acredita é tolerante. De fato, alguns testemunhos insistem em como a desconfiança depende da exigência de conduta moral da vítima” (VAZ, 2014a, p. 24). O espaço onde os testemunhos são respeitados é muito valorizado, é por isso que as redes sociais, ao permitirem que testemunhem de forma segura, são tão importantes para as vítimas.

“Dito para si ou dito para outros, as narrativas são parte do processo de cura. Quando este trabalho cultural é bem-sucedido, narrativas aperfeiçoam rupturas: habilita o narrador a remendar as rupturas, tecendo-as no tecido da vida, para pôr a experiência em perspectiva” (BECKER, 1997; CAPPS, OCHS, 1995 apud AZEVEDO, 2013). Ao por sua experiência em perspectiva, no contexto contemporâneo, o indivíduo revela sua identidade como vítima como um traço vitalício. Isto é, ser vítima torna-se parte fundamental do sujeito na medida em que este evento se entrelaça a todos os outros eventos de sua vida, “numa dinâmica trama de interações, acontecimentos, sentimentos, saberes e sentidos” (AZEVEDO, 2013). As experiências como vítima não determinam quem é o sujeito fundamentalmente e como ele se vê; mas, certamente, ajudam a compor os vários reflexos desse sujeito.

³⁵ Disponível em:

<https://www.facebook.com/diganaoamachismo/photos/a.600896736664193.1073741827.600883873332146/601595443260989/?type=1&theater> Acesso em: 17/06/2015

4.4 - O ataque machista, a correção da pesquisa e o esvaziamento do debate

No dia 4 de abril de 2014, oito dias após a divulgação da pesquisa e do início do protesto online “Eu não mereço ser estuprada”, o Ipea anunciou em uma nota³⁶ a correção de alguns dados do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Originalmente, a pesquisa dizia que 65% dos entrevistados concordaram com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Na verdade, 26% das pessoas concordaram com a afirmação.

Segundo a nota publicada pelo instituto, o erro foi resultado de uma troca de gráficos. Os números referentes a essa afirmação, que foi a que mais despertou a atenção da opinião pública e motivou o início do protesto online, foram trocados pelos que diziam respeito à afirmação “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Na versão inicial do levantamento, os números divulgados diziam que 26% dos entrevistados concordaram com essa afirmação. Com a correção, o número passou para 65%. A nota escrita por Rafael Guerreiro Osorio e Natália Fontoura - pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea) e autores do estudo - dizia:

Vimos a público pedir desculpas e corrigir dois erros nos resultados de nossa pesquisa Tolerância social à violência contra as mulheres, divulgada em 27/03/2014. O erro relevante foi causado pela troca dos gráficos relativos aos percentuais das respostas às frases “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” e “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. (OSORIO; FONTOURA, 2014)

Outro par de questões também apresentou erros, segundo a nota, devido à inversão de resultados. Diante da sentença “O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros”, 78,7% concordam total ou parcialmente, e não 81,9% como constava na versão anterior. Já na frase “Em briga de marido ou mulher não se mete a colher”, 81,9% concordaram total ou parcialmente com a afirmação, e não 78,7%. Apesar da correção da

³⁶ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971
Acesso em: 18/06/2015

inversão dos resultados entre os dois pares de pergunta vistos aqui, as outras 39 questões da pesquisa tiveram seus resultados mantidos.

Antes mesmo da divulgação da nota de correção dos resultados, a metodologia da pesquisa foi criticada. Marcelo Beccaro, sócio diretor da empresa de monitoramento e pesquisa de mercado Hibou, disse em entrevista concedida à revista *Época*³⁷: “Existe um indício de que a amostra foi viciada. Isso pode ter ocorrido por diversos motivos – como uso de vizinhanças ou horários específicos”. O perfil dos entrevistados seria muito distante da realidade brasileira. Uma prova seria a de que mais de dois terços dos entrevistados eram mulheres, enquanto o Censo do IBGE diz que elas correspondem a 51,03% da população. A construção das sentenças também foi criticada pela ambiguidade. Por exemplo, na afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, o termo “atacadas” não significa necessariamente estupro, ainda que não possa ter nenhuma conotação positiva. Em resposta às críticas, o Ipea afirmou que um pré-teste foi realizado a fim de reduzir erros. O chefe de gabinete do instituto Sergei Soares disse: “Em pesquisas anteriores, aplicamos ajustes que equilibravam as populações, e os resultados não mudam. Concluimos que a atual pesquisa representa, mesmo sem tais ajustes, a população brasileira”.

Embora os resultados da pesquisa fossem questionáveis, a reação à sua repercussão mostrou que eles não estavam distantes da realidade brasileira. A organizadora da campanha “Eu não mereço ser estuprada” passou a receber ameaças de agressão e estupro. Ela fala, em relato publicado no *Blog do Sakamoto*³⁸, sobre as ameaças:

Desde que começou o protesto online “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, nesta sexta, às 20h, recebi incontáveis ofensas. Homens me escreveram dizendo que me estuprariam se me encontrassem na rua, outros, que eu “preciso mesmo é de um negão de 50 cm” ou “uma bela louça para lavar”. Se ainda duvidava um pouco da verdade por trás da pesquisa do Ipea, segundo a qual 65% dos brasileiros acreditam que mulheres que mostram o corpo merecem ser atacadas, hoje acredito nela totalmente. Senti na pele a fúria revelada pela pesquisa. (Queiroz, 2014)

As ameaças não se limitaram somente à organizadora. Muitos perfis falsos foram criados e o evento “Eu não mereço ser estuprada” foi bombardeado com frases machistas,

³⁷ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html> Acesso em: 18/06/2015

³⁸ Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/03/29/organizadora-do-eu-nao-mereco-ser-estuprada-recebe-ameacas-de-estupro/> Acesso em: 19/06/2015

ameaças e imagens do deputado federal Jair Bolsonaro com inscrições ofensivas. Uma imagem do político ilustrou inclusive um evento criado para promover um estupro coletivo. Além disso, páginas de humor no Facebook fizeram piadas sobre estupro e grupos machistas também reuniram fotos das participantes da campanha para fazer montagens e expô-las como objetos sexuais.

Pouco tempo após a divulgação da nota de correção da pesquisa do Ipea o protesto virtual começou a perder as forças. Um dos motivos é a pulverização de mecanismos que atuam no processo de engajamento digital que fazem emergir grandes protestos como esse. A doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS Bianca de Oliveira Ruskowski (2015) chama atenção para três mecanismos essenciais para alavancar e fazer durar o ativismo online: socialização, disposição e retribuição.

“(...) todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está submetido a princípios de socialização heterogêneos e por vezes mesmo contraditórios que ele incorpora” (LAHIRE *apud* RUSKOWSKI, 2015, p. 11). O processo de socialização diz respeito aos hábitos ou esquemas de ação que são interiorizados pelos indivíduos de modo heterogêneo, devido a pluralidade de mundos sociais nos quais esses indivíduos circulam. “Esses universos sociais podem apresentar princípios de atuação não homogêneos e, por vezes, contraditórios” (Ibidem, 2015). Conhecer os vários espaços sociais onde os indivíduos foram socializados e quais posições eles ocupam nesses universos facilita a compreensão sobre quais condições disparam ou inibem ações de engajamento.

Assim como é importante caracterizar os tipos de socialização que fornecem aos manifestantes e que possibilitam a existência do protesto, é necessário ficar atento para as modificações que ocorrem ao longo do engajamento na medida em que os envolvidos, depois de um certo tempo, podem não ter a mesma disposição que tinham no início devido ao surgimento de imprevistos, adesão a outras causas ou até à exaustão. Às disposições dos indivíduos estão relacionados os fluxos de produções do ativismo, que encaminham para determinados tipos de retribuição. “Essas retribuições podem ser referentes a sentimentos de justiça e atuação no mundo (reconhecimento, prestígio, agir no mundo, afeto)” (RUSKOWSKI, 2015, p. 13). Quando o indivíduo obtém certas retribuições consideradas importantes por participar de determinado grupo, sua participação tende a se tornar mais forte, caso contrário sua participação tende a enfraquecer.

A correção da inversão dos números que provocaram a indignação que gerou a campanha "Eu não mereço ser estuprada" reduziu, em parte, a dimensão do problema acerca da culpabilização das vítimas de estupro. No entanto, outros resultados tão preocupantes quanto este se mantiveram, como a concordância de 58,5% dos entrevistados com a ideia de que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. As discussões sobre os resultados da pesquisa continuam válidas, proporcionando o aprofundamento das reflexões sobre a cultura machista e os problemas da sociedade ao lidar com a violência contra a mulher. E a campanha virtual também levou informação a um contingente grandioso de pessoas e deixou um legado imenso. Graças ao engajamento dos manifestantes, as organizadoras conseguiram o apoio de políticos e personalidades importantes, o comprometimento de ministros e da presidente e a colaboração de algumas marcas.

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto no trabalho, é possível perceber que, mais do que lutar pelo direito da mulher de se vestir ou se comportar como quiser sem ser estuprada por isso, a campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada” reivindicava o lugar de vítima às mulheres estupradas. Enquanto na sociedade moderna, a subjetividade era moldada a partir da diferença entre normal e anormal, isto é, a anormalidade (representada pela figura do louco, delinquente e perverso sexual) era abominada por significar tudo aquilo que não deve ser seguido e deve ser evitado. Na sociedade contemporânea, há uma tendência a desejar o lugar de vítima, uma vez que é a identidade socialmente valorizada. Com a queda da figura do perverso sexual, possível graças a mudança na sexualidade ocorrida nos últimos 50 anos, a experiência da anormalidade é revista e questionada. Valores como a heterossexualidade, virgindade e fidelidade são revistos, a partir de então:

são destacadas a valorização da igualdade entre os parceiros e a clareza do consentimento. Se o ato sexual for consentido e os parceiros forem socialmente considerados capazes de consentir, não importa mais a forma que toma. Por essa razão, dois atos passam a ser vistos de modo muito negativo: a pedofilia e o estupro. (VAZ, 2014b, p. 10)

Com isso, emerge a figura da vítima “como herói contemporâneo” (ELIACHEFF; LARIVIÈRE *apud* SARTI, 2011). A vítima adquire um papel importante de identidade nas sociedades contemporâneas. Desse modo, é comum movimentos sociais se indignarem com a relativização do lugar de vítima, uma vez que essa categoria é uma identidade socialmente valorizada nos dias de hoje e, por isso, é desejada pelos indivíduos. Além disso, o lugar de vítima é uma forma de reivindicar “demandas e ações sociais de reparação e cuidado” (SARTI, 2010). O testemunho é o discurso decisivo para a constituição da vítima como sujeito contemporâneo.

Tendo em vista a valorização da vítima como identidade socialmente desejada, é esperado que grupos sociais reforcem esse lugar como forma de adquirirem reconhecimento. Este foi o caso da campanha online “Eu não mereço ser estuprada”, que se valeu do lugar de vítima para protestar contra a culpabilização das mulheres nos casos de estupro. A campanha, que teve início no Facebook, usou as redes sociais para alcançarem simpatizantes à causa. É uma característica do sujeito contemporâneo desejar o espaço público como lugar de

interlocução. A Internet, mais especificamente as redes sociais, permite a proliferação desse discurso, que chega a inúmeras pessoas independente da distância. Além disso, a presença desses testemunhos de vítimas no espaço público apresenta características discursivas que facilitam tanto sua apropriação por outros indivíduos para que possam repensar suas experiências como a sua dinâmica terapêutica.

A campanha “Eu não mereço ser estuprada” teve um alcance gigantesco e conseguiu centenas de adeptos, entre eles pessoas famosas e políticos. A campanha conseguiu o apoio de famosas como Valesca Popozuda, Juliana Paes, Claudia Leitte, Daniela Mercury, Fátima Bernardes e Pitty Leone e de políticos como Romário, Jean Wyllys e da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), que se comprometeu a defender a inclusão de temas de gênero no Plano Nacional de Educação. Também conseguiu o apoio da ministra da Secretaria da Mulher e da Presidente Dilma Rousseff, que se propôs a receber sugestões de especialistas voluntários para prevenir o estupro no Brasil. Até marcas de roupas femininas colaboraram com a campanha, se comprometendo a produzir uma campanha publicitária contra a culpabilidade da vítima no estupro. Não é possível afirmar se o discurso de vítima é a melhor opção para reivindicar direitos e informar as pessoas nos dias de hoje, mas é o meio mais difundido na sociedade contemporânea. E no caso da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada”, ajudou a levar o conteúdo produzido pelos manifestantes a um grande número de pessoas.

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 26 p. Tradução de: Christina Baum.

ALVES, Claudenir Módolo. **Ética da libertação**: A vítima na perspectiva Dusseliana. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Letícia Rodrigues de. Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade. **Interface**, Botucatu, v.17, n.46, p.515-522, jul./set. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** – A experiência vivida. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo** – Fatos e mitos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

BOGLE, Kathleen. **Hooking up**: sex, dating, and relationships on campus. Nova Iorque: New York University Press, 2008. 225 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p. Tradução de: Maria Helena Kühner.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will**. Nova Iorque: Open Road, 1975.

CALLIGARIS, Contardo. A turba da Uniban. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 nov. 2009. Disponível em:
<<http://direitoarte.blog.lemonde.fr/files/2009/11/cc-fsp-05-11-09.1257627583.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). **Ipea: Por um Brasil desenvolvido**, Brasília, v. 11, n. 30, p.1-30, mar. 2014. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2014. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. 288 p. Tradução de: Raquel Ramallete.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. **Redobra**, Salvador, v. 4, n. 11, p.68-79, abr. 2013.

HERZOG, Dagmar. **Sexuality in Europe: a twentieth-century history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LIPOVESTKY, Gilles. **A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 303 p. Tradução de: Maria João Batalha Reis.

OLIVEIRA, Gleick Meira; RODRIGUES, Thaís Maia. A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual: Uma análise acerca das modificações trazidas ao crime de estupro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9553>. Acesso em 08 mai 2015.

OLIVEIRA, Grazielle; KORTE, Júlia; SPINACÉ, Natália. Nem elas nem ninguém merece. **Época**. Rio de Janeiro. abr. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”**. 2014. Elaborada por Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): versão original**. 11. ed. Brasília: Ipea: Por Um Brasil Desenvolvido, 2014. 40 p.

RECUERO, Raquel. Memes e dinâmicas sociais em weblogs: informação, capital social e interação em redes sociais na Internet. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p.1-16, jul/dez. 2006.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

RUBENFELD, Jed. Mishandling rape. **The New York Times**. Nova Iorque. 15 nov. 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/11/16/opinion/sunday/mishandling-rape.html?_r=1>. Acesso em: 21 maio 2015.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Individualismo em rede: uma proposta de análise para o engajamento digital em ações conectivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2015, Campinas. **Seminário Temático 08 - Mobilizações, protestos e ciberativismo**. Campinas: Unicamp, 2015. p.

SAKAMOTO, Leonardo. **Organizadora do “Eu não mereço ser estuprada” recebe ameaças de estupro**. 2014. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/03/29/organizadora-do-eu-nao-mereco-ser-estuprada-recebe-ameacas-de-estupro/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p.51-61, abr. 2011.

SIBILIA, Paula. A politização da nudez: Entre a eficácia reivindicativa e a obscenidade real. **Compós**, Belém, v. 1, n. 23, p.1-17, maio 2014.

SUK, Jeannie. The Trouble with Teaching Rape Law. **The New Yorker**. Nova Iorque, p. 1-1. 15 dez. 2014. Disponível em:
<<http://www.newyorker.com/news/news-desk/trouble-teaching-rape-law>>. Acesso em: 06 maio 2015.

UNSER, Gelci Maria. **Mulher: de vítima a discípula de Jesus**: Passagem de uma condição de violência de gênero para condição de discípula e missionária cristã. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João (Org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 135-154.

_____. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. **Compós**, Belém, v. 1, n. 23, p.1-16, maio 2014. Disponível em:
<http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT06_COMUNICACAO_E_SOCIABILIDADE/paulovaz1compos2014_2186.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. **Lumina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p.1-33, dez. 2014.

VIEGAS, Ana Cláudia. O "Eu" como matéria de ficção: o espaço biográfico contemporâneo e as tecnologias digitais. **Texto Digital**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.2-13, 2008.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 10, jun. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452009000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 out. 2014.

Filmes

ACUSADOS. Direção de Jonathan Kaplan. Roteiro: Tom Topor. Usa e Canadá: Paramount Pictures, 1988. (111 min.), son., color. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=80D8UF41XWw>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

STEPHEN Fry e a luta gay pelo mundo. Direção de Stephen Fry. Londres: Bbc, 2013. Color.

Sites consultados

<https://www.facebook.com/>

<https://ninguemmereceserestuprada.wordpress.com/>

<https://tumblr.com/>

<http://www.socialmediaexaminer.com/>

<http://revistadonna.clicrbs.com.br/>

<http://oglobo.globo.com/>

<http://g1.globo.com/>

<http://gshow.globo.com/>

<http://epoca.globo.com/>

<http://www.ipea.gov.br/>

<http://www.folha.uol.com.br/>

<http://twitter.com>

<http://investor.fb.com/>

<http://kikacastro.com.br/>

<http://www.nytimes.com/>

<http://www.youtube.com/>

<http://www.revistaforum.com.br/>

<https://instagram.com/>

<http://youpix.virgula.uol.com.br/>

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevista com a jornalista Nana Queiroz, organizadora da campanha virtual “Eu não mereço ser estuprada”

Luiz Fernando: *Oi, Nana, você não me conhece e deve estar estranhando essa mensagem. Sou Luiz Fernando Ferreira e estou no último período de Comunicação na UFRJ e, em minha monografia, estou falando sobre o protesto online "Eu não mereço ser estuprada". Minha proposta é fazer uma análise da campanha, buscando tratar o porquê da importância de afirmar-se vítima nos casos de estupro. Pretendo, principalmente, analisar sob a perspectiva de vítima como principal subjetividade contemporânea. Gostaria de saber se seria possível que você respondesse a algumas perguntas sobre o tema. Independente da sua resposta, saiba que admiro muito você e toda a sua militância. Obrigado e muita energia boa pra você.*

Nana Queiroz: Claro querido! Pode mandar as perguntas

LF: *O que te fez criar um protesto online e não uma marcha/passeata?*

NQ: A ideia do protesto era poder mobilizar mulheres que nunca sairiam às ruas com pouca roupa. Ou que se sentiriam em perigo por fazê-lo. Na internet nós criaríamos um ambiente mais ou menos seguro para todas que se interessassem em participar. Outro intuito era unir mulheres de diversos estados em uma só voz. Assim conseguimos sair do eixo Rio-SP - Máximo Brasília, onde grandes protestos podem ser organizados.

LF: *Ano passado eu fui a um Seminário na UERJ onde uma das meninas disse que a campanha "Eu não mereço ser estuprada" era muito vitimista e sugeriu a seguinte frase: "Você não vai me invadir". A Pitty também levantou a hashtag "Eu sou minha", como forma de protesto contra os resultados da pesquisa do Ipea. Isso me intrigou e eu decidi escrever minha monografia pra analisar a importância do uso da hashtag #EuNãoMereçoSerEstuprada e por que ela foi a mais utilizada pelos participantes do protesto. Por que você preferiu colocar-se no lugar da vítima como sugeria o evento que você criou e virou a hashtag que guiou o protesto?*

NQ: Não acho que o protesto era vitimista de maneira alguma. Não sou adepta de um feminismo que reserva às mulheres apenas o papel de vítima. Porém, nós também somos vítimas do machismo, vítimas que tomam para si o poder de retomar o controle. Isso não é vitimismo, é atitude. Nenhuma forma de protesto, per si, é vitimismo, pois é ação. A escolha da hashtag se deu por conta da pergunta formulada pela pesquisa do IPEA, em que 26% dos entrevistados responderam que mulheres que mostram de mais o corpo MERECEM ser atacadas. O que nós estávamos fazendo era mostrar o corpo, que é nosso e, portanto, a decisão de exibi-lo ou não cabe só a nós, e dizer que nada justificaria o estupro. Nós não merecemos, ninguém merece ser estuprada, conforme afirmam essas pessoas de valores distorcidos.

LF: *Você acredita que, ao se afirmar vítima, o/a protestante tem a intenção de ter o sofrimento por viver em uma cultura do estupro melhor reconhecido?*

NQ: O sofrimento de ser vítima de estupro é inegável. O que me incomoda na crítica de sua colega de sala é que ela é bem insensível com pessoas que chegam a buscar o suicídio para aliviar-se do trauma. Esse sofrimento têm que ser reconhecido. Agora, outra coisa que precisa ser reconhecida é o direito das mulheres de se vestirem como bem entendem sem serem julgadas ou incomodadas por cantadas inoportunas. Veja que não estamos falando de sofrimento, mas de direitos. O Não Mereço é um grito por direitos e não pelo reconhecimento de um sofrimento. Mesmo assim, todos os participantes tinham tremenda empatia pelas vítimas deste crime horrível. Acho que existe uma confusão: o Não Mereço não era um protesto contra a cultura machista em geral, era um protesto bastante específico sobre a culpabilização das vítimas de estupro e a transformação social do corpo da mulher em um símbolo de provocação ao crime e algo sujo.

LF: *Por que o corpo nu como forma de protesto?*

NQ: A resposta é bem simples: o corpo nu porque ele é meu e a mim cabe fazer com ele o que bem entender, independentemente do que a sociedade determina. Veja bem quantas regras são postas sobre o corpo da mulher. Eu, por exemplo, cresci numa família cristã que me dizia que se eu mostrasse o corpo estaria provocando o pecado - como se eu tivesse o poder de controlar a mente das pessoas! Esse tipo de ideia coloca o corpo da mulher como símbolo do pecado quando, na verdade, ele é algo puro, ele é parte de quem somos. E nós somos algo bonito e respeitável e não algo sujo, não um convite ao crime. Quando estou nua diante do congresso, estou assinalando que meu corpo ali não é um objeto sexual, mas um objeto político. Cabe a mim, e só a mim, dar o sentido do meu corpo. Cabe a mim usá-lo para meus propósitos e, naquele momento, o propósito não era sexual, era político. Isso vale para todas as participantes, creio eu.

LF: *Como você avalia a repercussão da campanha? Você imaginava que angariaria tantos simpatizantes ao movimento?*

NQ: Nunca imaginei que a campanha fosse angariar nem 50 adeptos. Era para ser uma performance artística entre amigas. Fiquei muito feliz quando muitas mulheres e homens decidiram participar. Isso significa que o brasileiro está mais maduro diante de ideias de demonização da sexualidade feminina. Significa que as mulheres sabem que merecem mais.

LF: *Nossa, muitíssimo obrigado. Vai me ajudar bastante! Muito obrigado mesmo. Muita força na sua militância, pois acho incrível o que você faz.*

NQ: Obrigada querido, depois me manda o resultado final pra eu ler.

ANEXOS

ANEXO I - Informações sobre vítimas e agressores no Sinan

Tabela 2 - Características pessoais das vítimas de estupro.

Variáveis	Todos (n=12.087)	Crianças (n=6.132)	Adolescentes (n=2.340)	Adultos (n= 3.615)
Sexo				
Feminino	88,5%	81,2%	93,6%	97,5%
Masculino	11,5%	18,8%	6,4%	2,5%
Faixa Etária				
Crianças (até 13 anos)	50,7%	1,0%	0,0%	0,0%
Adolescentes (entre 14 e 17 anos)	19,4%	0,0%	1,0%	0,0%
Adultos (18 anos ou mais)	29,9%	0,0%	0,0%	1,0%
Cor/Raça				
Branca	38,6%	35,4%	37,0%	45,2%
Preta	9,4%	9,0%	8,8%	10,6%
Amarela	0,9%	0,8%	1,2%	0,9%
Parda	41,8%	44,1%	44,8%	35,8%
Indígena	0,7%	0,9%	0,5%	0,4%
Ignorada	8,7%	9,9%	7,7%	7,3%
Escolaridade				
Analfabeto	1,2%	0,5%	1,1%	2,6%
1a a 4a série incompleta do EF	14,8%	21,7%	6,3%	8,0%
4a série completa EF	5,3%	5,9%	6,0%	3,6%
5a a 8a série incompleta	24,5%	25,4%	37,6%	14,3%
Ensino fundamental completo	4,7%	1,7%	8,2%	7,7%
Ensino médio incompleto	7,9%	1,2%	20,6%	11,4%
Ensino médio completo	6,6%	0,2%	3,4%	20,1%
Educação superior incompleta	2,1%	0,0%	0,4%	6,9%
Educação superior completa	1,3%	0,0%	0,1%	4,5%
Educação: Ignorada	14,3%	9,9%	16,1%	20,9%
Educação: Não se aplica	17,3%	33,4%	0,1%	0,1%
Estado Civil				
Solteiro	52,3%	87,9%	57,7%	0,6%
Casado/união consensual	9,2%	1,3%	4,7%	25,8%
Viuvo	0,9%	0,0%	0,0%	2,8%
Separado	2,4%	0,1%	0,1%	8,0%
Estado Civil: Não se aplica	31,8%	60,5%	4,0%	0,7%
Ignorado	3,4%	2,6%	3,4%	5,0%
Presença de transtorno físico ou mental				
Sim	7,9%	4,7%	9,3%	12,2%
Não	83,1%	85,8%	82,3%	79,0%
Não se Aplica	0,2%	0,4%	0,0%	0,0%
Relações sexuais				
Só com pessoas do sexo oposto	36,30%	15,20%	45,60%	67,10%
Só com pessoas do mesmo sexo ou com homens e mulheres	1,80%	0,80%	2,10%	3,50%
Não se Aplica	41,90%	70,40%	20,80%	5,90%
Ignorado	20,00%	13,60%	31,50%	23,50%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

Tabela 3 - Número de agressores envolvidos por faixa etária vítima

	Crianças	Adolescentes	Adultos
Um agressor (n=9816)	83,30%	79,79%	79,80%
Dois ou mais agressores (n=)	10,47%	16,22%	15,36%
Ignorado (n=647)	6,23%	3,98%	4,84%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dad

A tabela 4 indica que a maioria esmagadora dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em 1,8% dos casos, quando a vítima é criança.

Tabela 4: Sexo do provável autor da agressão segundo a faixa etária da vítima

	Crianças	Adolescentes	Adultos
Masculino (n=11366)	92,55%	96,69%	96,66%
Feminino (n=158)	1,80%	0,99%	0,70%
Ambos os sexos (n=115)	1,28%	0,86%	0,47%
Ignorado (n=378)	4,36%	1,46%	2,17%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

ANEXO II - Evento da campanha “Eu não mereço ser estuprada” no Facebook



ANEXO III - Fotos dos adeptos da campanha online

FIGURA A - Foto de Nana Queiroz em frente ao Congresso



FIGURA B - Diversas fotos de manifestantes em apoio ao protesto



FIGURA C - Foto de Valesca Popozuda publicada no Instagram em apoio ao protesto



ANEXO IV - Publicação do então deputado Romário em apoio à campanha

The screenshot shows a Facebook post from Romário Faria, dated March 31, 2014. On the left, a 3x3 grid of nine black and white photographs shows women holding protest signs. The signs contain various messages related to the #NenhumaMulherMereceSerEstuprada campaign, such as 'Eu não mereço ser estuprada', 'De biquíni ou de shortinho eu mereço RESPEITO', 'EU NÃO MEREÇO SER ENGANADA PELO IPEA!!!', '#NENHUMA MULHER MERECE SER ESTUPRADA', 'UM HOMEM SEM CAMISA: É TÁ CALOR', 'BOLA DE FÚTBOL: QUER SER ESTUPRADO, É CLARO!', 'DE ROUPA OU PELADA, NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA!', and '#EU NÃO MEREÇIA SER ESTUPRADA Aos 4 ANOS DE IDADE'. A large orange banner across the middle of the grid reads '#NENHUMA MULHER MERECE SER ESTUPRADA'. Below the grid, the text 'Fotos: Reprodução/Facebook' is visible.

Romário Faria
Página curta - 31 de março de 2014 · Editado ·

Galera,

Um short curto, uma saia ou um vestido sensual nunca serão responsáveis por provocar a violência sexual contra a mulher. Não posso compartilhar deste pensamento retrógrado.

Infelizmente o machismo ainda está impregnado na sociedade brasileira. O resultado da pesquisa feita pelo Ipea de que mais da metade dos entrevistados responsabilizam as mulheres pelos estupros e crimes de assédio sexual é vergonhoso.

Hoje me solidarizo com a campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada e reforço que a culpa nunca é da vítima. Parabéns a essas mulheres de coragem que expõem o corpo para lutar contra a violência.

Nas imagens, mulheres engajadas nessa campanha. Saibam mais sobre a pesquisa: <http://glo.bo/1iTvWZL>

Curtir · Comentar · Compartilhar

15.875 pessoas curtiram isso Mais relevantes

Escreva um comentário...

ANEXO V - Testemunhos de estupro da campanha no Facebook

FIGURA A - Relato de Daiara Figueroa



Daiara Figueroa

<https://www.facebook.com/events/718713144818641/>
sair do armário faz parte do processo de cura.

Aconteceu quando tinha 15 anos.

com onze anos fui morar na França e voltei quatro anos depois para a Colômbia onde tinha passado minha infância: meu corpo era outro sem que eu mesma percebesse, e isso foi notado por pessoa muito próxima. meu estupro aconteceu no seio de minha própria família, por isso assim que tive a oportunidade de voltar para o Brasil decidi que não queria voltar lá tão cedo, apesar de amar o restante de minha família e a cultura desse que também é meu país.

O processo de sobrevivência a um estupro é algo lento e demorado.

Se hoje falo abertamente disso, o faço com tranquilidade: não me envergonho, pois sei que eu não tive culpa de nada.

O ato foi violento, foi assim que perdi minha virgindade e até hoje não tolero que alguém segure meus pulsos com força. no primeiro momento o sentimento do horror, do nojo do próprio corpo, do ódio, o enjoo, a sujeira era muito grande. fiquei um bom tempo me ocultando com roupas largas e escuras: não queria aparecer ou chamar a atenção novamente.

Em seguida o sentimento de vingança tomou conta de mim, e fiz terror e pânico de meus relacionamentos adolescentes. me sentia justificada em fazer homens sofrer recusando-os, atraindo-os e humilhando-os. fui muito cruel com pessoas que não mereciam e que não faziam ideia de porquê agia assim, ou pelo que tinha passado.

Como muitas mulheres não falei nada para minha família, pois tinha medo da reação, da tristeza que isso poderia gerar, e também não queria que outras pessoas se sentissem responsáveis por isso. queria poupar as pessoas que amava e que me criaram com tanto carinho lá onde estava longe de meus pais.

Quando tive a oportunidade de voltar ao Brasil foi um alívio, uma fuga que tirou de mim o peso de conviver com meus agressores. foi aqui que conheci finalmente o amor, a confiança, a intimidade serena e a calma. todos os meus namorados souberam o que tinha acontecido comigo: sempre fui franca com relação a isso. todos me respeitaram e apoiaram e por isso lhes sou muito grata, pois foram esses relacionamentos que me colocaram de encontro com meu corpo novamente. falar com eles foi o primeiro passo de meu processo de cura.

apoiaram e por isso lhes sou muito grata, pois foram esses relacionamentos que me colocaram de encontro com meu corpo novamente. falar com eles foi o primeiro passo de meu processo de cura.

Crescendo e deixando a adolescência de lado consegui me abrir com meus amigos, em especial minhas amigas, e fui me dando conta de como era comum esse tipo de violência. a verdade é que todos nós já conhecemos uma mulher que um dia já foi violentada.

Conseguir me abrir com minhas amigas me deu coragem de me informar melhor a respeito e superar o trauma da lembrança: por dez anos qualquer cena de filme ou tv relacionada me fazia chorar. os pesadelos eram recorrentes. e não era apenas uma lembrança visual, mais física, que baixava minha pressão, me enjoava e fazia até vomitar. Compreender que não era a única, e o sentimento de não estar sozinha, mesmo que todas estivessem caladas me deu força para superar esses sentimentos de repulsa a minha própria história.

Pesquisando os diferentes tipos de violência e reeducando minha memória me dei conta que meu estupro não tinha sido a primeira violência sexual da qual tinha sido vítima. me dei conta que em minha memórias confusas da pequena infância eu já tinha sido molestada (talvez não por acaso) por uma das pessoas que voltaria a abusar de mim depois. Mas como era criança não tinha percebido ou entendido o que tinha acontecido. Só percebi adulta: lembrei daquilo que aparente tinha ocultado em minha mente para me proteger.

Recentemente, já com trinta anos tomei coragem e pude me abrir com minha mãe. minha única e essencial família. era um dos últimos fardos que tinha para me libertar de tanta dor. o silêncio de quinze anos tinha feito horrores com nosso relacionamento. apenas o distanciamento e o tempo me permitiu notar como a culpei e a fiz sofrer por algo que ela tampouco sabia. foi uma conversa dolorosa, necessária, com alguns tropeços mas finalmente reconciliadora. Eu sei o quanto nos amamos, e certamente nos amamos cada vez mais.

No começo de março dei em minha escola uma aula sobre o tema do dia internacional da mulher. como militante feminista, considero meu dever alertar as futuras gerações para combater e denunciar essas violências. Apresentei dados, e fiz algumas perguntas em sala: perguntei quantas das meninas já tinham se sentido incomodadas com cantadas e olhares na rua e todas levantaram a mão. meus alunos tem entre 10 e 13

em sala: perguntei quantas das meninas já tinham se sentido incomodadas com cantadas e olhares na rua e todas levantaram a mão. meus alunos tem entre 10 e 13 anos.

Conversando sobre as estatísticas muitas crianças se abriram e contaram a história de suas famílias. alguns eram casos de terror. uma delas tinha procurado ajuda quando o pai espancava a mãe; outra tinha uma prima que foi estuprada e morta; outra tinha sido vítima de tentativa de sequestro (e o sequestro feminino geralmente inclui o estupro no pacote)... outras alunas choravam em silêncio na sala, dando a entender as violências que assistiram ou passaram mas não tinham coragem de contar.

Hoje está tendo este ato virtual em resposta à pesquisa que mostrou que a grande parte da população brasileira culpa a mulher pelo estupro. Decidi participar e me mostra como indígena que sou, pois no brasil as mulheres indígenas são um dos grupos mais propensos a violência sexual. São Gabriel da cachoeira, cidade perto da aldeia de minha tribo é conhecida como uma das capitais da prostituição infantil e tráfico de mulheres, e a grande maioria destas mulheres são indígenas.

A figura da mulher indígena, assim como a da mulher negra é violentamente sexualizada em nosso país. isto é algo que não podemos aceitar e que também devemos combater.

tudo isto fez parte de meu processo de cura. a violência sexual existe, e o estupro é algo comum. aproximadamente 80% dos estupros acontecem dentro do círculo familiar: são parentes e amigos próximos. as estatísticas do abuso infantil são semelhantes.

Mesmo que inaceitável, muitas pessoas convivem com a memória dessas violências. é uma convivência dolorosa, mas toda dor pode também se transformar em cura.

Curamos a nós mesmos quando entendemos que não estamos sós. e que somos mais fortes e não precisamos gerar mais violência, pois violência se cura com amor e paciência.

Curamos a nós mesmos quando apoiamos os outros, os escutamos, ou simplesmente acompanhamos: a cura é algo de mão dupla.

Curamos a nos mesmos quando alertamos sobre a violência, e educamos para que ela cesse.

Este é meu processo de cura

Este é meu processo de cura

#EuNãoMereçoSerEstuprada
#NinguémMerece

estou em paz com isso.

podem ficar tranquilos.
I'm freaking fabulous! ❤️

Curtir · Comentar · Compartilhar · março de 2014 · Editado ·

2.811 pessoas curtiram isso.

6.585 compartilhamentos

Visualizar comentários anteriores

48 de 66



Patrícia Loraine Arrasou, gata!

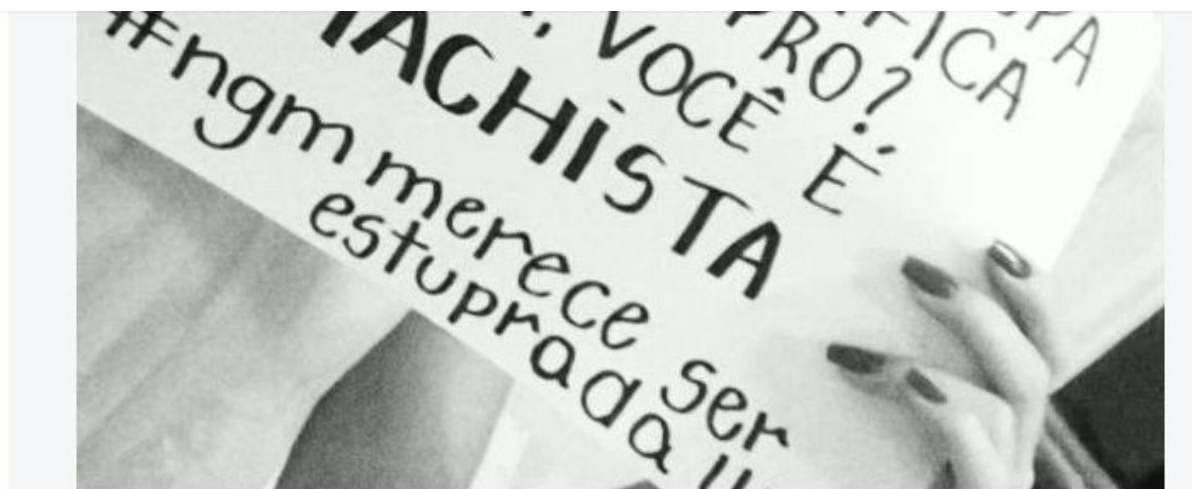
29 de março de 2014 às 10:21 · Curtir · 1



Vitória Amaral Muito triste a história dessa mulher indígena e de muitas que se calam na sua dor. Por isso mesmo, acho que essa pesquisa é tendenciosa e não posso acreditar que o povo brasileiro acredite mesmo que as mulheres são culpadas do estupro. Quem foram esses... Ver mais

29 de março de 2014 às 11:28 · Curtir · 9

FIGURA B - Relato de Tainara de Souza



Eu não mereço ser estuprada

"Nunca fui estuprada. Mas assim como a grande maioria das mulheres, já fui assediada sexualmente. Muita gente parece não entender, mas assédio sexual pode ser físico ou moral, e eu já passei por isso. Fazem três anos, na época eu tinha dezesseis. Trabalhava o dia todo, e a noite, estudava. Justamente naquele dia, minha mãe não pôde me buscar na aula (que acabava por volta das 22h30), e tive que voltar pra casa a pé e sozinha. Senti que havia um carro me seguindo, parecia que falavam comigo, mas como de costume aumentei o volume do fone de ouvido, e segui meu caminho. Insatisfeito, ele estacionou o carro no outro lado da rua, e atravessou a rua em minha direção. Se encostou no muro e ficou ali, me esperando. Senti muito medo, pensei que ele poderia me arrastar até o carro, então continuei caminhando ali. Achei que, se atravessasse a rua, poderia haver alguém no carro, pronto pra me puxar. Passei por ele, e ignorei sua presença. Insatisfeito com a minha indiferença, foi até o carro e veio em minha direção. Pensei que estava prestes a ter minha vida, minha adolescência e minha virgindade corrompida naquele momento, mas "felizmente" isso não aconteceu. Fui chamada de vagabunda, cachorra e filha da puta, assim... Gratuitamente! Hoje não caminho mais em paz pelas ruas, desvio de alguns caminhos pra evitar os "elogios", e até mesmo evito roupas curtas pra não ser invadida. Espero que um dia a sociedade entenda que "ô gostosa" não é elogio, e que na verdade, nos assusta"

- Tainara de Souza

Álbum: Fotos da Linha do Tempo

Compartilhado com:

🌐 Público

[Abrir visualizador de fotos](#)

[Fazer download](#)

[Incorporar publicação](#)

[Denunciar foto](#)

FIGURA C - Relato de Lidiana Corrêa



Eu não mereço ser estuprada

"Fui violentada pelo meu ex-namorado. Ele era extremamente possessivo e achava que eu tinha obrigação de fazer sexo com ele quando ele quisesse. Quando aconteceu, eu neguei. Neguei porque acreditava que devia isso a ele e porque eu o amava, mas depois de um tempo fui tomando consciência do que realmente tinha acontecido comigo e eu adoeci. Eu não morava com meus pais, senti medo de denunciar, senti medo de contar para alguém. Minha alternativa foi voltar para minha cidade, magra, deprimida e pensando o tempo todo em suicídio. Não sinto vergonha em contar essa história. Por que eu deveria sentir se fui a vítima? É por isso que estou aqui me mostrando, mostrando meu rosto, porque eu não sinto vergonha. Vergonha é fazer apologia ao estupro. Vergonha é estuprar. Vergonha é não respeitar o corpo da mulher."

#eunãomereciserestuprada
#eunãomereçoserestuprada
- Lidiana Corrêa

Curtir · Comentar · Compartilhar · 30 de março de 2014

937 pessoas curtiram isso. [Mais relevantes ▾](#)

52 compartilhamentos

Álbum: Fotos da Linha do Tempo

Compartilhado com:  Público

[Abrir visualizador de fotos](#)
[Fazer download](#)
[Incorporar publicação](#)

[Denunciar foto](#)